



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM METAFÍSICA (PPG μ)

O conceito de recordação na fenomenologia de Husserl

Elias Francisco Fontele Dourado

Brasília

2021

Elias Francisco Fontele Dourado

O conceito de recordação na fenomenologia de Husserl

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Metafísica da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Metafísica.

Orientador: Rainri Back dos Santos.

Brasília

2021

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Metafísica pela oportunidade de empreender a minha pesquisa.

Agradeço ao professor Rainri Back pelos ensinamentos e disposição como orientador.

Agradeço aos professores Gerson Brea e Simeão Sass pela leitura e avaliação desta dissertação.

Para além do ambiente acadêmico, agradeço aos meus pais, Maria Félix Fontele e Francisco Gustavo de Castro Dourado. Um agradecimento também aos meus irmãos, Gustavo Fontele Dourado e Yon Ferreira Dourado.

Um agradecimento também à turma clássica, ou seja, João Amorim e Thiago Bandeira.

Também faço questão de agradecer à querida Milena Nunes Martins, companheira de todos os momentos. Obrigado pelas conversas e inspirações diárias!

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é investigar como o conceito de recordação se situa na fenomenologia de Husserl. A análise detalhada de tal conceito tornará possível uma compreensão introdutória de uma área fundamental na fenomenologia – a temporalidade. Veremos ao decorrer da investigação que o conceito de recordação se desmembra em inúmeros elementos que deveremos analisar em pormenor, a exemplo da reprodução, da duração e da presentificação.

O primeiro capítulo tratará de introduzir o nosso campo de pesquisa – a temporalidade. Para entendermos o que seja recordação na área, precisamos, primeiro, compreender um pouco da área. Como a fenomenologia se posiciona em relação ao tempo? O que a fenomenologia diz sobre a duração? Qual é a relação entre duração, sucessão e recordação? Responderemos a essas perguntas no primeiro capítulo.

O segundo capítulo tratará da protensão e, então, das relações entre os três conceitos basilares: protoimpressão, retenção e protensão. Em sequência, veremos como o conceito de horizonte se articula com a recordação. O que essa análise acrescenta à noção de presentificação? Por fim, trataremos das leis a priori do tempo imanente e da possibilidade de reflexão na recordação. Como as leis são descritas? O que há na recordação que gera a possibilidade para a reflexão? Serão esses os problemas respondidos no segundo capítulo.

Palavras-chave: recordação, tempo, presentificação, sucessão, duração.

ABSTRACT

The aim of this research is to investigate how the concept of remembrance is situated in Husserl's phenomenology. The detailed analysis of such a concept will make possible an introductory understanding of a fundamental area in phenomenology - temporality. We will see during the investigation that the concept of remembrance is broken down into numerous elements that we must analyze in detail, such as reproduction, duration and presentification.

The first chapter will try to introduce our field of research - temporality. In order to understand what is remembrance in the area, we first need to understand a little of the area. How is phenomenology positioned in relation to time? What does phenomenology say about duration? What is the relationship between duration, succession and remembrance? We will answer these questions in the first chapter.

The second chapter will deal with protention and, then, the relationships between the three basic concepts: primal impression, retention and protention. In sequence, we will see how the concept of horizon is articulated with remembrance. What does this analysis add to the notion of presentification? Finally, we will deal with the laws a priori of the immanent time and with the possibility of reflection in the memory. How are the laws described? What is there in the memory that generates the possibility for reflection? These will be the problems answered in the second chapter.

Keywords: remembrance, time, presentification, succession, duration.

Sumário

Introdução:	7
Capítulo 1: Recordação primária, recordação secundária e sucessão	21
Capítulo 2: Protenção, horizonte e reflexão	46
Considerações finais	61
Referências bibliográficas:	63

Introdução:

Histórico e apresentação do problema

A presente dissertação tem por objetivo geral a investigação do conceito de recordação na fenomenologia de Husserl. Para lograr êxito, cumpre à dissertação uma análise em pormenor do livro *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*, obra em que Husserl aborda o tema da recordação. Trataremos dos conceitos fundamentais que permeiam esse tópico da fenomenologia husserliana, a exemplo da presentificação, retenção, reprodução. Cabe à nossa análise a verificação do como e do porquê o conceito de recordação é fundamental para a fenomenologia de Husserl.

Qual é o problema central a ser percorrido nesta dissertação? Sem dúvida, responder à pergunta: o que é a recordação para a fenomenologia de Husserl? A resposta precisa ser dividida em etapas. A primeira delas é, com certeza, a preparação do terreno, ou seja, investigar como Husserl faz sua primeira aproximação ao tema, excluindo o tempo objetivo da análise. Como segunda etapa, analisaremos o que Husserl entende por duração e como, a partir disso, podemos tratar sobre protoimpressão e retenção. Em seguida, começaremos a decompor o conceito de recordação, vendo o seu aspecto primário e secundário. A terceira etapa tratará da análise da lei de sucessão e como esta se articula com a recordação e a protoimpressão, abordando temas como a “presentação” e “presentificação”.

A quarta etapa, a começar no segundo capítulo, tratará da protensão e a sua relação com a expectativa. Introduzindo a protensão, teremos então a trindade conceitual: protoimpressão, retenção e protensão. Partindo daí, compreenderemos o conceito de horizonte na recordação e aspectos mais detalhados no que tange à noção de presentificação na recordação iterativa, o que nos levará à análise de sua dupla intencionalidade. Como quinta e última etapa, trataremos das leis a priori do tempo imanente e da possibilidade de reflexão na recordação.

Esta dissertação pretende, portanto, contribuir aos estudos fenomenológicos da temporalidade no Brasil, com foco nas demoradas considerações de Husserl sobre a recordação. Julgamos tal tópico como relevante para uma compreensão profunda da

fenomenologia, posto que é na recordação que poderemos ter acesso àquilo que já passou, ou seja, acesso pleno à experiência da consciência.

Pesquisamos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) por trabalhos voltados à temporalidade em Husserl. Encontramos os seguintes trabalhos: *Temporalidade e constituição: uma investigação acerca do acesso metodológico à esfera da consciência constitutiva do tempo na fenomenologia husserliana* e *A consciência do tempo: princípios de fenomenologia da temporalidade dinâmica*. O primeiro foi escrito por Scheila Cristiane Thomé e o segundo por Daniel Grandinetti Rodrigues de Sousa, os dois trabalhos são teses de doutorado. A primeira tese passa rapidamente pelo tema da recordação, não se detendo na amplitude do conceito. A segunda comenta Husserl em uma comparação com o filósofo Barry Dainton, além de expor vários outros filósofos e conceitos que não estão na alçada de Husserl. Não há qualquer menção sobre o que seja recordação em Husserl.

Fora da BDTD, encontramos o artigo *Do sentido da lembrança em Edmund Husserl*, da professora Alice Mara Serra, publicado na revista *Kriterion*. Como o artigo é pequeno, a análise não se demora nas minúcias que Husserl apresenta. Outro artigo encontrado foi o de Alfredo Pereira Júnior, *A percepção do tempo em Husserl*. O artigo é curto e trata brevemente da recordação. Também encontramos a dissertação de Scheila Cristiane Thomé, *Subjetividade e tempo na fenomenologia husserliana*, apesar de não estar na BDTD. A dissertação é uma versão menos amadurecida de sua tese, percorrendo problemas semelhantes e tratando rapidamente sobre a recordação.

Em resumo, de todos os trabalhos que encontramos, nenhum se detém minuciosamente no que seja recordação em Husserl. Nossa dissertação pretende preencher um pouco dessa lacuna. Em geral, na língua portuguesa, os trabalhos sobre Husserl e a temporalidade são escassos. O principal livro de Husserl sobre o assunto é *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*, que só foi traduzido para o português em 1994, por Pedro M. S. Alves, em Portugal. É uma tradução relativamente recente. No Brasil, o livro só foi publicado em 2017, pela editora Via Verita, que manteve a tradução de Pedro Alves. O problema da temporalidade em Husserl parece ter chegado muito recentemente no meio acadêmico brasileiro, o que justifica a escassez de trabalhos na área.

Qualquer coisa estudada na fenomenologia de Husserl é, no fundo, um estudo sobre o seu método. Portanto, à medida do possível, colocaremos em notas de rodapé considerações mais introdutórias a respeito de certos conceitos. Husserl dedicou toda a sua vida ao desenvolvimento da fenomenologia e, ainda assim, boa parte dos seus livros são introduções à fenomenologia – ele se preocupava por demais com a fundamentação, atitude esta que o guiou até o último escrito. Algumas notas servirão de auxílio.

O tema da recordação aparece em Platão e Aristóteles, mas é em Santo Agostinho que Husserl encontra sua inspiração. Ele mesmo pode comprovar:

A análise da consciência do tempo é uma antiquíssima cruz da psicologia descritiva e da teoria do conhecimento. O primeiro que sentiu a fundo as poderosas dificuldades que se acham aqui e que lutou com elas até as raias do desespero foi Santo Agostinho. Os capítulos 14-28 do Livro XI das *Confissões* devem ainda hoje ser profundamente estudados por quem se ocupe com o problema do tempo, porquanto nestas coisas a época moderna, orgulhosa do seu saber, não trouxe nada mais grandioso e mais considerável do que este grande e, na verdade, incansável pensador. Ainda hoje se pode dizer com Santo Agostinho: *si nemo a me quaerat, scio, si quaerenti explicare velim, nescio*¹. (HUSSERL, 2017, p. 44)

No Livro XI das *Confissões*, Agostinho logra uma relevante análise referente ao problema do tempo, mas é no Livro X, seção II, que o filósofo erige um tipo de filosofia da memória. Husserl elide o livro X em sua menção à Agostinho. Tal livro, porém, é um pilar para a investigação sobre o que seja recordação.

Nessa primeira parte da introdução, portanto, faremos uma breve análise de partes específicas das *Confissões*, a fim de rastrear a configuração do debate acerca da recordação. A menção de Husserl à filosofia agostiniana logo na abertura das *Lições* é o que permite esse nosso objetivo.

À luz de Agostinho, veremos algumas das respostas dadas aos problemas que permeiam a memória², problemas tais que são também indagados por Husserl, ainda que por um método bem diferente.

No excerto 8 do livro X, Agostinho começa a escrever sobre a memória. “Chego aos campos e vastos palácios da memória onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie.” (AGOSTINHO, 1980, p. 215). Vemos na fala de Agostinho um vínculo entre imagens e percepções, sendo que aquelas são trazidas por

¹ “Se ninguém me pergunta, sei, se preciso explicar a alguém, não sei.”

² Agostinho prefere o uso da palavra “memória”. Husserl usa “recordação”. São palavras sinônimas e, como veremos, tratam da mesma coisa.

estas. Sendo assim, primeiro percebo para depois acessar as imagens daquilo que percebi. Husserl segue por essa direção, não há como recordar algo se antes não ocorreu uma vivência, uma percepção.

Em sequência, Agostinho diz:

Quando lá entro mando comparecer diante de mim todas as imagens que quero. Umam apresentam-se imediatamente, outras fazem-me esperar por mais tempo, até serem extraídas, por assim dizer, de certos receptáculos ainda mais recônditos. Outras irrompem aos turbilhões e, enquanto se pede e se procura uma outra, saltam para o meio, como que a dizerem: “Não seremos nós?” Eu, então, com a mão do espírito, afasto-as do rosto da memória, até que as desanuvie o que quero e do seu esconderijo a imagem apareça à vista. (AGOSTINHO, 1980, p. 216).

Na primeira frase, Agostinho usa o verbo “mandar” em relação às imagens, e também usa “comparecer”. O “mandar” denota posse, a memória é minha e posso ir e voltar às imagens. Husserl concorda com isso, vejamos:

Consideremos agora a modificação reprodutiva desta percepção, a saber, a recordação iterativa. Eu “repito” a consciência desta sucessão, eu a presentifico recordando-me. Eu “posso” (fazer) isso e certamente “tantas vezes quanto queira. (HUSSERL, 2017, p. 89).

Não há dúvida de que temos um nível de controle sobre a própria memória, afinal, as percepções dizem respeito àquele que percebe, ao seu domínio. Esse “eu posso” dá à memória um cunho prático, é a forma que temos de confirmar aquilo que foi percebido em outro momento, é a forma de fazer as imagens “comparecerem”. Agostinho, então, menciona que algumas imagens se apresentam de modo imediato e outras já demoram mais, pois estão em “certos receptáculos ainda mais recônditos”.

Podemos compreender essa passagem à luz daquilo que Husserl chama de recordação primária ou retenção. Supondo que eu retenha uma percepção A e então, na sucessão, retenho um B, um C, um D e assim por diante, cada vez mais distante a retenção de A se torna e, por conseguinte, tende a ficar cada vez mais difusa, mais recôndita. Precisamos nos demorar com a memória para que então façamos comparecer as imagens pretendidas nessa recôndita atmosfera. Essa é uma articulação possível entre os pensadores. Cabe à dissertação cumprir uma análise cuidadosa desse conceito em Husserl, reservamos, aqui, o exercício de pôr os dois autores em relação, a fim de rastrear alguns dos problemas fundamentais dentro do debate. Conquanto distantes, ambos os filósofos tratam com cuidado do assunto.

De modo direto, Agostinho prossegue com suas descrições sobre a memória:

O grande receptáculo da memória – sinuosidades secretas e inefáveis, onde tudo entra pelas portas respectivas e se aloja sem confusão – recebe todas estas impressões, para as recordar e revistar quando for necessário. Todavia, não são os próprios objetos que entram, mas as suas imagens: imagens das coisas sensíveis, sempre prestes a oferecer-se ao pensamento que as recorda. Quem poderá explicar o modo como elas se formaram, apesar de se conhecer por que sentidos foram recolhidas e escondidas no interior? Pois mesmo quando me encontro em trevas e silêncio posso representar na memória, se quiser, as cores, e distinguir o branco do preto e todas as mais entre si. Os sons não invadem nem perturbam as imagens que aí se encontrarem. Estão como que escondidos, e retirados. Se me apetece chamá-los, imediatamente se apresentam. Então, estando a língua em repouso e a garganta em silêncio, canto o que me apraz. (AGOSTINHO, 1980, p. 216)

A memória é, então, um receptáculo, um algo capaz de receber impressões. Minha impressão de um item A é retida, de modo que posso voltar ao A. No vocabulário husserliano, há aquilo que o fenomenólogo chama de “protoimpressão”. Vejamos:

(...) o som-agora, presente em carne e osso, muda-se constantemente (*scil.* consciencialmente, “na” consciência) em um “ter sido”; constantemente um som-agora sempre novo substitui o que passou na modificação. Mas quando a consciência do som-agora, a protoimpressão, passa a retenção, esta própria retenção é outra vez um agora, um existente (*Daseiendes*) atual. (HUSSERL, 2017, p. 75)

Essa primeira impressão, a “protoimpressão”, sempre se torna um algo retido, de modo que esse algo retido se mostra como um existente atual, visto que a passagem de um para o outro se dá em um agora. “Esta própria retenção é outra vez um agora”, ou seja, a retenção permite que a impressão seja caracterizada como tal, pois precisamos de uma confirmação de que realmente tivemos uma impressão, ele então é outra vez um agora.

Em Agostinho, tudo isso é possível graças ao grande receptáculo, à capacidade de receber impressões que caracteriza a memória. Podemos, então, “recordar e revistar quando for necessário”. Husserl vai mais longe. Não recordamos só quando necessário, ao contrário, necessariamente recordamos, ao menos em uma esfera primária, da recordação primária, ou retenção. Usando o exemplo do som, Husserl coloca que o som-agora “muda-se constantemente em um “ter sido””. A constância na mudança revela uma mudança necessária, a impressão se torna retenção, e esta é a recordação primária. Tudo isso veremos em detalhes no decorrer da dissertação. Aqui estamos tornando acessível uma visão da amplitude do debate e a influência de Agostinho sobre Husserl.

Agostinho tem o cuidado de distinguir entre os objetos que podemos ter impressões e as imagens formadas. O receptáculo da memória não recebe os objetos eles mesmos, mas retém a impressão que temos deles, e forma imagens. A minha impressão

e a coisa percebida são coisas bem diferentes. Esse é um cuidado que Husserl também toma ao definir o conceito de vivência nas *Investigações Lógicas*. Não posso confundir a minha vivência, a exemplo da percepção que tenho de um item A, com o item ele mesmo. Conquanto distantes, ambos os filósofos demonstram rigor em suas distinções. É a memória que reúne as impressões do sujeito e mantém sua unidade. Adiante, sobre a memória, Agostinho complementa:

Tudo isto realizo no imenso palácio da memória. Aí estão presentes o céu, a terra e o mar com todos os pormenores que neles pude perceber pelos sentidos, exceto os que já esqueci. É lá que me encontro a mim mesmo, e recordo as ações que fiz, o seu tempo, lugar, e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las. É lá que estão também todos os conhecimentos que recordo, aprendidos ou pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem. (AGOSTINHO, 1980, p. 217)

O maior destaque para a passagem é, sem dúvida, o “é lá que me encontro a mim mesmo”. Sem memória, não encontraríamos a nós mesmos, seguiríamos adiante em um turbilhão de impressões sem fim, nunca retidas, nunca guardadas, impossíveis de serem meditadas. Conquanto seja fundamental o papel da memória em nossas vidas, pouco refletimos acerca de seus meandros, seus problemas. Husserl vai na mesma direção, com o acréscimo mais fundamental do conceito de intencionalidade, isto é, a disposição de sempre estarmos direcionados para as coisas, nossa consciência é consciência de algo, direcionada para um algo. Esse direcionamento é o que permite nosso livre movimento pela memória, posso ir e voltar quando quiser. É também o que garante a nossa retenção das impressões, pois o reter é reter de um algo, e esse algo não se confunde com outro graças à intencionalidade.

Por intencionalidade entendíamos aquela propriedade dos vividos de “ser consciência de algo”. Essa prodigiosa propriedade, da qual derivam todos os enigmas da teoria da razão e da metafísica, nos apareceu primeiro no *cogito* explícito: perceber é percepção de algo, por exemplo, de uma coisa; julgar é julgar um estado-de-coisas; valorar é valorar uma relação de valor; desejar, uma relação de desejo etc. (HUSSERL, 2006, p. 190)

Estamos a todo momento percebendo, mesmo quando sonhamos. Consciência é intencionalidade, é estar consciente de alguma coisa. Portanto, com a memória não é diferente. Todo recordar é recordar de alguma coisa. Se tenho à disposição os itens A, B, C e D, me direciono a cada um deles, me refiro a eles. Sendo a constituição de cada um dos itens diferente, podemos, na memória, recordar suas diferenças, pois podemos nos direcionar para elas.

Em sua nota prévia à publicação das *Lições*, Heidegger comenta o seguinte:

O tema reitor da presente investigação é a constituição temporal de um puro dado de sensação e, subjacente a esta, a auto constituição do “tempo fenomenológico”. Decisiva é aqui a explicitação do caráter intencional da consciência do tempo e a crescente clarificação principal da intencionalidade em geral. Só isto faz já dos estudos que se seguem, abstração feita do conteúdo particular das análises particulares, um complemento indispensável para o esclarecimento da intencionalidade, o qual foi pela primeira vez empreendido, sob o terreno dos princípios, nas *Investigações lógicas*. (HEIDEGGER, 2017, p. 34)

Mesmo sendo um estudo sobre o tempo, as *Lições* estão preocupadas em explicar o caráter principal da intencionalidade em geral. Estamos falando sobre recordação, sobre memória, mas o que há por trás de cada uma é a intencionalidade, a consciência. De fato, é assim que Husserl coloca, de maneira bem agostiniana:

Naturalmente, o que seja o tempo todos nós sabemos; ele é a coisa mais bem conhecida de todas. Mas assim que tentamos nos dar conta da consciência do tempo, estabelecer a reta relação entre o tempo objetivo e a consciência subjetiva do tempo e tornarmos compreensível como a objetividade temporal, por conseguinte, a objetividade individual em geral, se pode constituir na consciência subjetiva do tempo, assim como quando tentamos simplesmente submeter à análise a consciência puramente subjetiva do tempo, o teor (*Gehalt*) fenomenológico das vivências do tempo, enredamo-nos nas mais estranhas dificuldades, contradições e confusões. (HUSSERL, 2017, p. 44)

Quer dizer, se não perguntam a Husserl o que é o tempo, ele sabe, se perguntam, não sabe. Quem indaga aguarda uma resposta, e para responder é preciso lidar com uma consciência mais profunda do tema. É pelo método fenomenológico que Husserl vai adentrar nessa problemática. Veremos algumas passagens centrais sobre o método durante a dissertação. Fundamental aqui é notar a inspiração que Husserl herda de Agostinho, aproveitando para traçarmos pontos de relação.

Entramos no tópico da intencionalidade por este ser o conceito basilar na metodologia husserliana. É também aquilo que diferencia em grande medida a sua análise do tempo com a de Agostinho. Nessa relação entre os dois, conseguimos pontuar mais sobre as respectivas filosofias. Nosso maior interesse aqui é Husserl, a aparição de Agostinho serve ao propósito de estabelecer um debate introdutório acerca do conceito de recordação, além de mostrar as semelhanças e diferenças dos dois autores.

Quando Agostinho diz que é no palácio da memória que ele encontra a si mesmo, ele reconhece o papel fundamental da recordação. É recordando que sabemos quem somos. Husserl vai por aí ao colocar que, sem retenção, não podemos saber o que aconteceu no “agora”, de modo que a retenção se mostra como “agora”. Não saber o que se dá no “agora” é não saber o que estamos percebendo, o que se passa. Quer dizer, não

haveria consciência tal como conhecemos. Tal é a importância da recordação. Mesmo com tamanha tarefa, é bem pouco estudada.

Se não fosse possível o acesso àquilo que já passou, como saberíamos que algo foi, que algo é? Como poderíamos aprender alguma coisa sem a possibilidade de rever o que foi ensinado em nossa memória? Como poderia saber que a palavra “filosofia” denota um sentido tal sem a capacidade de lembrar? Podemos dizer: aprendo, se, e somente se, lembro. Não posso dizer que sou competente com a língua portuguesa se não sei como usá-la, se não sei como colocar as palavras em ordem. Para ser competente, preciso lembrar de suas regras, recordar em qual contexto uma tal regra se aplica. Toda linguagem tem suas regras. Se buscamos a competência em uma linguagem “x”, precisamos entender suas regras, fixando os passos fundamentais na memória.

O acesso ao passado nos mostra que algo aconteceu, que algo foi. Como posso dizer que algo de fato aconteceu? Recordando, lembrando. Quando nos deparamos com um estranho e então perguntamos: “Quem é você?”, é comum obtermos respostas como: “Sou o fulano de tal. Que trabalha na empresa “x”. Aquele que fica no segundo andar, perto da janela.”. O que há de comum em todas essas afirmações? Na primeira, a pessoa diz o seu nome. Nessa inofensiva afirmação, a pessoa precisa lembrar o próprio nome. A segunda afirmação é referente ao local de trabalho, que força no ouvinte a tentativa de lembrar do local. Por último, a pessoa descreve um pouco do ambiente de trabalho, a fim de ajudar no processo de recordação do ouvinte. Quer dizer, é muito comum alguém se apresentar pelo nome que lhe foi dado, por sua profissão. Todos esses dados que descrevem um sujeito precisam ser recordados, mesmo algo tão evidente quanto o próprio nome, que já é comumente enraizado na memória.

Que conclusão podemos tirar disso? Aquilo que é e aquilo que foi só pode ser descrito, ou seja, posto em uma linguagem, se temos a possibilidade de recordar. Não podemos nos situar no tempo sem um algo como a recordação. A consciência do tempo exige a recordação. Se não sei o que fui, não sei o que sou. Se não sei o que aconteceu, não sei o que acontece. Se não sei o que era, não sei o que é. Passado e presente, como veremos mais a fundo com o conceito de retenção, estão intimamente relacionados.

Movido por uma inquietação semelhante, Agostinho nos lega:

Recordo-me também ter sabido, nessas disputas, discernir as verdades das falsidades. Agora vejo que as distingo dum modo inteiramente diferente daqueles com que as distingui tantas vezes, quando com frequência as

considerava. Recordo-me, portanto, de muitas vezes ter compreendido isto. E o que agora entendo e distingo, conservo-o na memória para depois me lembrar de que agora o entendi. Por isso lembro-me de que me lembrei. E assim, se mais tarde me lembrar de que agora pude recordar estas coisas, será pela força da memória! (AGOSTINHO, 1980, p. 221)

Temos algo semelhante àquilo que Husserl aborda no esquema da protoimpressão e da retenção. “O que agora entendo e distingo, conservo-o na memória para depois me lembrar de que agora o entendi”. Só consigo dizer que entendi algo pelo fato de que o entendimento foi conservado na memória. O agora se mostra como agora na recordação, essa é a força da memória. Assim também é quando a protoimpressão logo passa à retenção.

Na citação acima, Agostinho também comenta sobre o recordar saber, acerca das disputas. O Santo trata da memória relativa ao conhecimento:

Estes conhecimentos estão como que retirados num lugar mais íntimo, que não é lugar. Ora, eu não trago comigo as suas imagens, mas as próprias realidades. As noções de literatura, de dialética, as diferentes espécies de questões e todos os conhecimentos que tenho a este respeito existem também na minha memória, mas de tal modo que, *se não retivesse a imagem, deixaria ora o objeto*. Neste caso sucederia como à voz que ressoa e logo passa, deixando nos ouvidos a impressão dum rastro que no-la faz recordar, como se continuasse a ressoar quando na realidade já não ressoa. Sucederia como ao perfume, que, ao passar e desvanecer-se nos ares, afeta o olfato, donde transmite para a memória a sua imagem, que se reproduz com a lembrança; como ao alimento, que no estômago perde o sabor, mas parece conservá-lo na memória; finalmente, como acontece a qualquer objeto que o corpo sente pelo tato e que a memória imagina, mesmo quando afastado de nós. (AGOSTINHO, 1980, p. 218)

Agostinho pontua que é a própria realidade que ele carrega ao recordar os conhecimentos adquiridos. Não é uma imagem da literatura ou da dialética que se forma, mas a realidade ela mesma de estar inserido e acostumado com os objetos de estudo. Em seguida, exemplifica com interessantes metáforas como o conhecimento deixa rastros em nossa memória, de modo que sentimos seus efeitos mesmo depois do momento “agora”. Os rastros indicam que algo passou e, para encontrarmos novamente esse algo, basta seguir esses rastros. A retenção nos encaminha ao que foi percebido. É assim que diz Husserl:

Se retomarmos agora novamente a questão de saber se é pensável uma consciência retencional que não seja continuação de uma consciência impressional, então devemos dizer: isso é impossível, porque cada retenção reenvia, em si mesma, para uma impressão. (HUSSERL, 2017, p. 81)

Toda retenção diz respeito a uma impressão, e é a intencionalidade que garante isso, pois só com o direcionamento a um algo que a retenção enquanto “retenção de” vai

se referir ao momento correto, sem haver uma mistura entre os momentos. O direcionamento às coisas garante uma uniformidade que, com o passar do tempo, fica cada vez mais recôndita, para usar o vocábulo mencionado por Agostinho.

Um tópico de fascínio que Husserl elide é o do esquecimento. Agostinho trata do assunto:

Que é esquecimento senão a privação de memória? E como é, então, que o esquecimento pode ser objeto da memória se, quando está presente, não me posso recordar? Se nós retemos na memória aquilo de que nos lembramos, e se nos é impossível, ao ouvir a palavra “esquecimento”, compreender o que ela significa, a não ser que dele nos lembremos, conclui-se que a memória retém o esquecimento. A presença do esquecimento faz com que o não esqueçamos; mas quando está presente, esquecemo-nos. Não se deverá concluir que o esquecimento, quando recordamos, está presente na memória, não por si mesmo, mas por uma imagem sua? De fato, se ele estivesse presente por si mesmo, faria com que o não lembrássemos, mas o esquecêssemos. Quem poderá penetrar, quem poderá compreender o modo como isto se realiza? (AGOSTINHO, 1980, p. 223)

Agostinho tenta abordar os recônditos da memória, na inteligente estratégia de colocar o esquecimento como retido, pois recordamos que esquecemos. Se acaso tenho um item A e não lembro de sua configuração, posso dizer em alto e bom som: “eu esqueci”, e então lembro que esqueci. O esquecimento faz parte da memória. Uma análise mais detida sobre esse tópico não aparece nas *Lições* de Husserl. Como o próprio Husserl faz questão de elogiar, Agostinho construiu um incansável projeto filosófico com as suas confissões.

Até o momento vimos um pouco das semelhanças e diferenças em duas abordagens a respeito do conceito de recordação. Esse entrelaçamento histórico permite uma visão ampliada do nosso problema. Como o primeiro parágrafo da introdução das *Lições* é um que fala sobre Agostinho, nada melhor que colocar os dois autores em diálogo. Cumprida a aproximação dos históricos, o que nos resta?

Há algumas informações relevantes sobre a escrita das *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*, obra publicada por Husserl em 1928. Apesar da data de publicação, atribui-se ao ano de 1905 a escrita do texto. O tradutor da obra para o português, Pedro Alves, dedica uma análise ao processo de editoração do

livro. As *Lições* não foram organizadas por Husserl, mas sim por Edith Stein³, foi ela a filósofa que organizou a massa disforme de folhas escritas pelo mestre.

A unidade das lições não é uma unidade original, mas sim uma unidade construída a partir de manuscritos que se estendem por um período de dezessete anos e, o que é mais importante, uma unidade construída não por Husserl, mas por sua assistente Edith Stein. (ALVES, 2017, p. 10)

O mérito de Stein não é meramente de ter sido uma compiladora dos textos, mas de ter criado sequência lógica entre os textos, sequência esta que permite que observemos uma continuidade e avanço nos assuntos. Husserl publicou poucos livros em vida, isto se considerarmos a enorme massa de textos editados postumamente. Há toda uma complicação em torno da razão de Husserl ter publicado tão tarde as *Lições*; a principal é a de que ele julgava o texto imaturo. A obra considerada capital por ele são os “Manuscritos de Bernau”, livro editado muitos anos após a sua morte. Por não ter encontrado nenhum editor interessado em preparar os manuscritos para publicação, a vontade de Husserl acabou sendo frustrada mesmo muitos anos após a sua morte. Para um melhor entendimento desses momentos, recomendamos a leitura da introdução feita por Pedro Alves às *Lições*.

Ainda na introdução de Alves, uma colocação de suma relevância surge:

As *Lições* foram elaboradas justamente no período crítico da evolução do pensamento de Husserl em que se dá o trânsito da psicologia descritiva (*Investigações lógicas*, 1901 para a fenomenologia transcendental (*Ideias*, 1913). Isto significa que delas ainda estão ausentes as peças essenciais da etapa transcendental da fenomenologia: a teoria da redução, a análise correlativa, os conceitos de noese e de noema e, por fim, uma verdadeira teoria da constituição. (ALVES, 2017, p. 18)

Essa colocação é importante no que tange à nossa aproximação ao texto das *Lições*. Para uma análise mais acurada, é preferível não misturar as interpretações husserlianas, por exemplo, das *Meditações Cartesianas* ou da *Crise das ciências europeias* com o texto das *Lições*. São outros os pensamentos de Husserl durante o período de escrita das *Lições*, não há ainda, formalmente, o conceito de redução fenomenológica. É mais interessante, portanto, o uso de textos mais próximos à época de escrita das *Lições*, a exemplo das *Investigações lógicas* e *A ideia da fenomenologia*.

³ Edith Stein (1891-1942) foi assistente de Husserl entre os anos de 1916 e 1918. Transcreveu vários dos manuscritos estenografados de Husserl e os preparou para publicação. Desse trabalho, Stein preparou o segundo volume das *Ideias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica*, as *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*, *Constituição sistemática do espaço* e outros ensaios.

Misturar as fases do pensamento husserliano pode gerar mais confusão do que esclarecimento.

Ainda sobre os bastidores das *Lições*, Pedro Alves nos comunica outro dado filosoficamente relevante:

Aquilo que hoje conhecemos sob a designação de *Lições* constituía a última parte de um curso quadripartido, dado por Husserl no semestre de Inverno de 1904-1905, em Göttingen, com o título “Elementos capitais da fenomenologia e da teoria do conhecimento”, cujo plano era o seguinte: “1. Sobre a percepção; 2. Sobre a atenção, o visar específico etc.; 3. Fantasia e consciência figurativa; 4. Sobre a fenomenologia do tempo”. A respeito dos objetivos do curso, Husserl afirmara na sua Introdução que pretendia realizar “um tratamento pormenorizado dos atos intelectivos mais simples e mais básicos”. E ele continua em seguida: “Refiro-me aqui, naturalmente, àqueles fenômenos que, sob o título vago de ‘percepção’, ‘sensação’, ‘representação da fantasia’, ‘representação figurativa’, ‘recordação’ são bem conhecidos de todos, mas que não foram ainda senão muito pouco estudados cientificamente. Que trabalho fenomenológico abundante não há aqui a realizar, que grandes dificuldades aqui a serem vencidas, isto tem sido pressentido e, ocasionalmente, notado com alguma clareza nos tempos mais recentes. E trata-se, com isto, de um trabalho que deve ser denominado fundamental no sentido mais sério, tanto para a crítica do conhecimento quanto para a psicologia. (ALVES, 2017, p. 27)

Quer dizer, os escritos foram aos poucos se estruturando à medida que Husserl dava os seus cursos. De filosoficamente relevante, podemos extrair, em primeiro lugar, a sequência que Husserl dava seu curso, isto é, primeiro tratava sobre a percepção, depois sobre a atenção, fantasia e então tempo. Essa ordem revela uma forma que Husserl delimitava a fenomenologia. Em primeiro lugar, por fundamento, o entendimento do que seja percepção é essencial. Tratamos um pouco sobre o conceito na relação entre Agostinho e Husserl, mas deixaremos aqui, em nota de rodapé, um pouco mais sobre a percepção⁴. Em uma ocasião mais à frente na dissertação, abordaremos também o tema da atenção, visto a sua relevância para a compreensão de um horizonte temporal.

Em segundo lugar, como filosoficamente relevante, a passagem de Pedro Alves também mostra como Husserl considerava a recordação como um ato intelectual mais simples e mais básico. Quer dizer, a recordação é algo de basilar para a compreensão da fenomenologia.

⁴ Respeitando a ideia de usar textos próximos à data de publicação das “Lições”, começamos com um das “Lições” elas mesmas: “Percepção é aqui o ato que põe diante dos olhos qualquer coisa como (sendo) ela própria o ato que *constitui originariamente* o objeto.” (HUSSERL, 2017, p. 88). Já com certa distância, o livro “Analysen zur passiven Synthesis”: “Wahrnehmung ist das Bewusstsein, den Gegenstand leibhaft selbst zu erschauen und zu haben” (HUSSERL, 1966, p. 96). E, por fim, o “Crise das ciências europeias”: “A percepção é o modo originário da *intuição*, *ela* expõe em originalidade primordial, ou seja, no modo da própria presença.” (HUSSERL, 2012, p. 85)

Conquanto Husserl julgue o tempo como um tópico de excepcional dificuldade, o seu estudo é algo de basilar, é ele que nos revela algumas das afirmações mais elegantes da fenomenologia e, tal como uma equação matemática, essa elegância se mostra na simplicidade. O resultado é algo de simples, mas o caminho até ele é deveras complicado. É o próprio Husserl a dizer, apesar de que em um texto posterior, as *Ideias I*: “O tempo, aliás, como ressaltará das investigações vindouras, é uma designação para uma *esfera* totalmente *fechada de problemas*, e de excepcional dificuldade.” (HUSSERL, 2006, p. 185).

Nas *Ideias I*, Husserl já amadureceu o seu conceito de redução, chamando o tempo de “tempo fenomenológico”. Em verdade, parece que as *Ideias I* não é um texto distante já de uma outra fase da fenomenologia de Husserl, vejamos o que Alves relata:

Essa obra, que passou durante muito tempo como sendo a reprodução das lições proferidas por Husserl em Göttingen no ano de 1905, acrescida dos apêndices que se estendiam pelos anos de 1905-1910, é, na verdade, o resultado de uma seleção e ordenação dos manuscritos que repartem pelo período de 1901 a 1917. É hoje possível, por meio da consulta ao espólio de Husserl, apreciar a amplitude das modificações introduzidas por Stein e perceber até que ponto 1905 é mais uma data simbólica do que o ano de redação efetiva das *Lições*. Assim, só dezoito parágrafos (catorze na sua totalidade e quatro parcialmente) reproduzem as folhas do manuscrito original das lições de 1905, o que representa menos da metade da obra (quarenta folhas, aproximadamente, em oitenta e duas, na edição do *Jahrbuch*). (ALVES, 2017, p. 30-31)

Sendo assim, há, na verdade, vários textos que datam da época da escrita das *Lições*, o que nos autoriza, com parcimônia, a citar algumas passagens desse longo período, a exemplo das *Ideias I*. No entanto, não vemos nas *Lições* um projeto de fenomenologia transcendental como nas *Ideias I*. Portanto, ainda que sejam vários os textos contemporâneos à escrita das *Lições*, poucos reproduzem o seu estilo.

O que realmente nos importa é que, nas *Ideias I*, não vemos qualquer análise profunda sobre a recordação. São as *Lições* que nos mostram toda a riqueza do estudo sobre tal conceito e são, destarte, nossas principais fontes de estudo. Há nas *Ideias I*, porém, algumas afirmações didáticas sobre o tema do tempo.

As *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo* foram publicadas em 1928, sob a edição de Martin Heidegger. O livro apresenta análises aprofundadas sobre a natureza da recordação e a sua relação com conceitos como “retenção”, “reprodução” e “presentificação”. Um estudo detido da recordação, que é o objetivo geral desta dissertação, pode contribuir para mostrar a riqueza fenomenológica

que se dá na análise do tempo. Em *A voz e o fenômeno*, Derrida escreve um pouco sobre o trabalho de Husserl:

Todas as *Leçons*, em seu trabalho crítico, assim como descritivo, demonstram e confirmam a irredutibilidade da re-presentação (*Vergegenwärtigung, Repräsentation*) à percepção presentativa (*Gegenwärtigen, Präsentieren*), da lembrança secundária e reprodutora à retenção, da imaginação à impressão originária, do agora re-produzido ao agora atual, percebido ou retido etc. (DERRIDA, 1994, p. 74)

Nossa dissertação tratará de esclarecer esses conceitos destacados por Derrida, investigando a “irredutibilidade da representação à percepção”, “da lembrança secundária e reprodutora à retenção”. Não colocaremos à prova isso que Derrida chama de “irredutibilidade”, mas analisaremos detidamente os conceitos que ele cita na passagem acima, mostrando que há de fato uma diferença crucial entre eles e, portanto, surgem como relevantes para uma plena compreensão da fenomenologia.

Capítulo 1: Recordação primária, recordação secundária e sucessão

O propósito desse capítulo é o de ser uma análise do conceito de recordação na fenomenologia de Husserl. Nossa principal referência é o livro *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*, trabalho onde Husserl se detém no conceito de recordação. Começaremos por situar o lugar da temporalidade na fenomenologia.

O que Husserl entende por tempo? Como esse se diferencia do tempo da física? Como ele nos possibilita a investigação sobre a recordação? Essa será a nossa primeira preocupação. Essa investigação possibilitará um aprofundamento no conceito de recordação, que então será analisado em seus momentos estruturais, a saber, recordação primária e recordação secundária. Nesse âmbito, esmiuçaremos outros elementos estruturais que estão relacionados com a recordação, isto é, reprodução, presentificação e a sua diferença com a percepção, retenção, protoimpressão e sucessão.

Husserl nos introduz o conceito de recordação no livro *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*, livro que vamos analisar detidamente. A recordação aparece em um contexto de análise do tempo imanente, isto é, o tempo da nossa percepção, da imaginação, da recordação, o tempo que aparece nas vivências intencionais⁵. Não interessa a Husserl, ao menos nesse livro, o tempo como é estudado pela física – o tempo objetivo, o tempo medido pelo relógio, o tempo cronológico que constantemente avança ou, ainda, o tempo em sua dimensão macroscópica, presente em todo o universo.

O tempo imanente é bem diferente. Trata-se de uma análise temporal da consciência humana. Não é um exercício de tentar entender como determinadas forças e dimensões deformam e moldam o espaço-tempo. Não é um exercício de cálculo, uma razão entre tempo e espaço, como na fórmula da velocidade média. Trata-se de um exercício analítico de como se dá o tempo na consciência humana. Até onde sabemos, o

⁵ “[...] são vivências ou conteúdos de consciência as percepções, as representações da fantasia e as representações de imagem, os atos do pensamento conceitual, as suposições e dúvidas, as alegrias e as dores, as esperanças e os temores, os desejos e as volições, e coisas semelhantes, tal como têm lugar na nossa consciência.” (HUSSERL, 2015, p. 296). Ou seja, a percepção do objeto em sua personalidade é já uma vivência, assim como a representação que posso criar dele, imaginando o objeto em uma situação diferente. Posso duvidar da existência do objeto, por exemplo, caracterizando um outro tipo de vivência.

tempo objetivo do universo não retrocede ao passado, mas avança constantemente. Veremos como a consciência humana pode voltar ao passado.

No tempo imanente, isto é, o tempo como se dá em nossas consciências, podemos retroceder no tempo por meio da recordação, e então colocar o passado em um novo tipo de atualidade. São os fenômenos do tempo imanente que nos interessam. Apesar de tratar de “eu puro”, um conceito pertencente à fenomenologia transcendental, Husserl explica a tarefa nas *Ideias I*: “Deve-se observar bem a diferença entre esse *tempo fenomenológico*, essa forma de unidade de todos os vividos *num* fluxo de vivido (o de *um* eu puro) e o *tempo objetivo*, isto é, *cósmico*.” (HUSSERL, 2006, p. 184).

Uma coisa é o tempo cósmico, estudado em relação com as forças e dimensões objetivas da física, outra coisa é o tempo imanente, estudado a partir dos vividos subjetivos de um ser humano. É a segunda coisa que nos importa aqui.

Vejamos o que Husserl coloca no começo das *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*, a fim de nos aproximarmos do tempo imanente:

O que nós aceitamos, porém, não é a existência de um tempo do mundo, a existência de uma duração coisal (*dinglichen Dauer*) e coisas semelhantes, mas antes o tempo que aparece (*erscheinende Zeit*), a duração que aparece como tal. (...). Em seguida, sem dúvida, aceitamos também um tempo que é; no entanto, esse não é o tempo do mundo da experiência, mas antes o *tempo imanente* do curso da consciência. (...). São dados fenomenológicos as apreensões do tempo (*Zeitauffassungen*), as vivências em que o temporal, no sentido objetivo, aparece. São ainda fenomenologicamente dados os momentos da vivência, nos quais as apreensões do tempo enquanto tal especialmente se fundam, portanto, os eventuais conteúdos específicos da apreensão temporal (a que o inatismo moderado chama o elemento temporal originário). Mas nada disto é o tempo objetivo. Por meio da análise fenomenológica não se pode encontrar a mais mínima porção de tempo objetivo. (HUSSERL, 2017, p. 45-47)

Husserl está dizendo que o que importa a ele é a aparição da duração, e esta só pode ser vivida, isto é, a duração me surge nas percepções, representações, sensações – cumpre à fenomenologia a análise da duração ela mesma em relação às vivências. O tempo em jogo é aquele que aparece na consciência humana, o tempo imanente. Não é, como Husserl diz, “um tempo do mundo”, um tempo que diz respeito ao ordenamento do cosmos.

O físico estuda o tempo objetivamente, observando as leis que regem o espaço-tempo. O interesse de Husserl é estudar o tempo da subjetividade, isto é, da consciência. Como o tempo se dá na consciência? Como a consciência armazena aquilo que aparece?

Como passado, presente e futuro aparecem na consciência? São perguntas desse tipo que Husserl vai tentar responder, sempre em relação à consciência, nunca em uma esfera cósmica. O que caracteriza o modo de ser da consciência é a intencionalidade. O tempo da consciência, portanto, assume toda a gama de intuições⁶, percepções, vivências – e estas, sabemos, só são possíveis, em geral⁷, pelo fato de que a consciência é intencionalidade. Minha intuição é *intuição de*, minha percepção é *percepção de*.

Ainda se movendo nesse tópico, nas *Ideias I*, Husserl aponta:

Aquele tempo inerente por essência ao vivido como tal, com os seus modos de doação do agora, do antes, do depois, e do simultâneo e do subsequente etc., modalmente determinados por eles, não pode ser e não é medido em geral pela posição do Sol, pelo relógio, nem por meio físico algum. (HUSSERL, 2006, p. 184)

Enquanto o tempo cósmico é medido pela nossa relação espaço-temporal com o Sol, isto é, um meio físico observável existente no cosmos, o tempo das vivências pode ser mensurado na análise fenomenológica, por meio de um estudo articulado sobre os conceitos imanentes de tempo. O que nos autoriza a falar sobre uma temporalidade dos vividos? Husserl, no parágrafo 81 das *Ideias I*, erige algumas observações acerca da natureza da vivência:

Todo vivido efetivo (efetuamos essa evidência com base em intuição clara de uma efetividade de vivido) é necessariamente um vivido que perdura; e com essa duração ele se ordena num contínuo infindo de durações – num contínuo *preenchido*. (HUSSERL, 2006, p. 184)

Se todo vivido é necessariamente um vivido que perdura, devemos estudar como exatamente esse “perdurar” do vivido se dá. Somente uma detida análise do tempo das vivências, ou seja, o tempo imanente, pode nos guiar nessa direção. O exigido aqui não é uma análise de objetos físicos, mas das nossas vivências subjetivas. Zahavi pode nos ajudar nesse sentido:

⁶ Carlos Alberto Ribeiro de Moura chama a atenção para a conexão linguística entre “visão” e “intuição” no alemão: “Do ponto de vista linguístico, Husserl apoia-se aqui no parentesco lexical de “visão” (*Erschauung*) e “intuição” (*Anschauung*). O português “intuição” perdeu a referência à “visão” contida no latim *intueor*, que significa “olhar”, “considerar”.” (MOURA, 2006, p. 36). Podemos colocar uma citação de Stein: “Essa intuição, essa visão espiritual, não deve ser confundida com a intuição mística. Ela não é uma iluminação sobrenatural, mas um meio de conhecimento natural, como o é também a percepção sensível; é o meio de conhecimento específico das verdades ideais, assim como a percepção sensível é o meio do conhecimento específico dos fatos do mundo material. Ela não é uma intuição mística, embora possua certa afinidade com esta última; de certo modo, ela é a imagem desta no âmbito do conhecimento natural.” (STEIN, 2019, p. 42-43)

⁷ O uso do “em geral” se dá pelo fato de que há vivências não-intencionais, como apontadas na quinta investigação das *Investigações Lógicas*. As sensações, por exemplo, são vivências não-intencionais.

Em oposição aos objetos físicos, que podem existir independentemente de se eles de *facto* aparecem para um sujeito, as vivências são essencialmente determinadas por sua dação subjetiva, isto é, pelo fato de que com elas está articulado um “sentir” subjetivo. Vivenciar algo está necessariamente ligado com o modo “como é” ter essa vivência. (ZAHAVI, 2015, p. 131)

Esse “como” da vivência é o que vamos analisar a partir de agora para entendermos o que seja *tempo imanente*. Já vimos, na introdução, que a recordação nos leva ao passado, podemos ir e voltar, trata-se de uma possibilidade da consciência. O que nos interessa agora desvelar é o “como” a recordação nos leva, “como” ela, na consciência, é capaz de nos situar temporalmente.

Seguindo os passos lógicos da fundamentação, temos que analisar o que é esse “perdurar” dos vividos, posto que Husserl coloca que todo vivido é necessariamente um vivido que perdura. O que isso quer dizer? Simplesmente a tautologia de que todo vivido tem uma duração. A minha vivência de um objeto “x” tem uma duração, duração esta que aparece à consciência. Como a duração aparece? No perdurar do vivido, em sua sucessão. A vivência “x” segue e se adombra, indo ao passado. É no perdurar do vivido que posso mensurar a dimensão do passado, do presente e do futuro na consciência, a duração se mostra nessas dimensões. Vejamos algumas passagens que iniciam as *Lições* que podem nos ajudar a entender a abordagem de Husserl com o perdurar:

Consideremos um pedaço de giz; fechamos e abrimos os olhos. Temos, então, duas percepções. Nós dizemos neste caso: vemos duas vezes o mesmo giz. Temos neste caso dois conteúdos temporais separados, observamos também uma distinção temporal fenomenológica, uma separação. (HUSSERL, 2017, p. 49)

Em primeiro lugar, Husserl mostra uma sucessão de percepções⁸, primeiro vejo o giz, depois fecho os olhos e os abro novamente, vendo o giz mais uma vez. A primeira percepção se deu em um tempo e a segunda em outro. Com isso, Husserl conclui que há uma separação temporal entre os dois, uma distinção temporal fenomenológica. O que seria essa distinção? Parece que Husserl quer dizer que cada momento perceptivo, nesse caso, tem o seu próprio referimento. Eu posso me referir à primeira percepção e à segunda e notar que são percepções diferentes. Há uma sucessão entre as percepções, e posso separá-las. A primeira percepção se dá no primeiro momento em que foco no giz. Fechando os olhos, meu foco é interrompido. Posso pensar em outra coisa, desviar a

⁸ Percepções são vivências, pois é sempre uma subjetividade que percebe, uma consciência.

atenção do giz. Abrindo os olhos, foco novamente no giz, retomando a atenção antes estabelecida.

Esse exemplo escolhido por Husserl funciona muito bem para visualizarmos como a duração aparece à consciência. O que há entre as duas percepções? Há uma lacuna temporal. O meu foco é interrompido ao fechar os olhos, mas não a minha vivência do giz, pois ainda posso imaginá-lo. A primeira percepção do giz se dá em um intervalo “x” e então se adombra em intervalos sucessivos, a saber, “x1”, “x2”, “x3” (...) “xn”, a depender do período em que a atenção se dá. A vivência do giz se altera proporcionalmente à minha atenção. Ao fechar os olhos, minha atenção é interrompida, de repente imagino alguma outra coisa, algum outro objeto. Em sequência, lembro que estava atento ao giz, então abro os olhos e continuo a observar, apesar de que já é uma outra percepção.

Estudar o que seja essa sucessão é um dos grandes pontos da fenomenologia temporal. No momento, estamos vendo a sucessão em uma dimensão mais simples, visto que a descrição de sua lei, como veremos em Husserl, depende de um entendimento mais largo da recordação. Não há como compreender a sucessão se não compreendemos a recordação. Em primeiro lugar, então, faremos uma análise da recordação para, por fim, demonstrar a lei de sucessão. Com o exemplo do giz já nos deparamos com a sucessão e, sobretudo, com a aparição da duração na consciência. Já estamos no terreno da sucessão, mas a perfeita descrição de sua lei só poderá aparecer ao final, quando compreendermos quais são os elementos intrínsecos à sucessão e à duração.

Em sequência, na citação, temos:

No entanto, no objeto não há qualquer separação, ele é o mesmo: no objeto, temos duração; no fenômeno, mudança. Assim, também podemos sentir subjetivamente uma sucessão temporal quando, objetivamente, é uma coexistência que se pode estabelecer. (HUSSERL, 2017, p. 49)

Com essa parte, Husserl diz que não há distinção fenomenológica no objeto, ele continua a perdurar como sempre perdurou. Como a percepção é uma vivência, podemos dizer que é a nossa vivência que varia. Ou seja, há mudança no fenômeno, no modo como o objeto aparece na consciência, em percepções a cada vez diferentes, mas no objeto há apenas a duração que perdura incessantemente para frente. Não há distinção temporal no objeto, Husserl diz. A saber, o tempo da matéria é um só, o tempo físico. Suponhamos que um item “x” apareça para mim ao longo dos anos e se mostre em diversas disposições,

de modo que posso dizer: esse item tem “x” anos. Ele avança no tempo objetivo assim como eu. No entanto, posso recordar, por exemplo, o primeiro ano em que o visualizei, a intencionalidade me permite a recordação, o referimento ao meu eu anos atrás e também ao item. Temos, ainda:

O conteúdo vivido torna-se “objetivado” e, então, é constituído o objeto a partir do material dos conteúdos vividos segundo o modo da apreensão. Mas o objeto não é simplesmente a soma ou a complexão destes “conteúdos”, que não entram de modo nenhum nele, ele é mais que um conteúdo e, de certa maneira, outra coisa. (HUSSERL, 2017, p. 49)

O que nos surge na subjetividade é o fato de que estamos percebendo o objeto, de que o percebemos em instantes distintos. Essas percepções são vivências ou conteúdos⁹ que temos do objeto. Husserl, então, chama a atenção para o fato de que o objeto não é uma soma de nossos vividos, ou de que se resumem aos nossos vividos, o objeto não se esgota em nossas vivências, ele sempre se mostra em uma infinidade de possibilidades. Cada uma das percepções do giz, então, mostra a mudança temporal entre as vivências, uma separação. Uma se dá em um instante, uma em outro. Nossa via de entrada na temporalidade é justamente essa mudança, essa separação. O que ela pode nos mostrar sobre a natureza do nosso objetivo geral, isto é, da recordação? Se há mudança temporal entre as vivências, como posso recordar esses momentos distintos? Qual é a lei que rege a mudança na sucessão e permite um melhor entendimento da duração ela mesma? Temos que responder a essas perguntas partindo da estrutura básica até então explanada, a saber, o perdurar dos vividos.

Para avançarmos nessas questões, precisamos falar sobre a natureza da “retenção”, pois ela permitirá, em sequência, a nossa definição do que seja recordação em um sentido fenomenológico. Até agora, estamos assumindo a recordação em seu sentido de dicionário, ou seja, do latim, *recordatio*, que significa¹⁰ “o que está guardado na memória, o que se lembra de uma experiência. O que traz uma lembrança de alguém.”. O sentido fenomenológico vai bem além desse, pois parte de uma análise da aparição da duração na consciência. Estamos vendo como essa duração aparece, como no exemplo do giz. Um

⁹ Husserl coloca a vivência também como conteúdo de consciência pelo simples fato de que a percepção que tenho do objeto, a representação, as sensações, ocorrem na esfera imanente da consciência. Quer dizer, não encontramos uma percepção andando por aí, uma sensação pulando – são vivências que ficam na consciência e podem, porventura, vir à natureza por meio do comportamento.

¹⁰ Acesso em: <https://www.dicio.com.br/recordacao/>

conceito que ampliará a forma de se compreender a aparição da duração na consciência é precisamente o conceito de “retenção”. O que é retenção?

Partindo da citação, quando consideramos o pedaço de giz e então abrimos e fechamos os olhos, temos duas percepções temporalmente distintas do giz. Como eu sei que elas são distintas? Para afirmar isso, preciso dizer que me recordo de perceber em dois momentos distintos. Como é que posso recordar? Em primeiro lugar, a consciência retém as vivências, isto é, armazena, guarda. Só posso recordar pelo fato de que há uma referência disponível a que posso conferir, isto é, um referimento intencional¹¹.

Percebo o giz e esse perceber logo se torna algo passado. Posso dizer que ele se tornou passado por meio da retenção, visto que a retenção é, segundo Husserl: “This memory, which is connected to the Now-consciousness in a wholly immediate manner, we call retention.” (HUSSERL, 2001, p. 603). Quer dizer, Husserl diz que a retenção é uma forma de recordar conectada com o “agora da consciência”. É por meio da retenção que o “agora da consciência” é imediatamente guardado e visto, pois a retenção é um referimento ao “agora da consciência”, a retenção é uma intenção.

O que é retenção, então, em uma frase? A retenção é um armazenamento do “agora da consciência”, armazenamento que possibilita a recordação do que acabou de passar. É um recordar diretamente conectado com o agora da consciência, que possibilita a referência imediata ao que acabou de suceder. Sem algo como a retenção, como poderia afirmar que o horário 17:59 de repente passou para às 18:00? Preciso lembrar que estava em um momento “x” para então chegar em “y”. Se não lembro, não estou situado, estou a esmo. A retenção, portanto, é essa memória imediata do “agora da consciência”.

Deparamo-nos com um problema de variáveis. A retenção não é algo separado, um momento que pode ser isolado e então analisado. Trata-se de uma referência imediata ao “agora da consciência”, uma conexão direta. Tentar separar a retenção do “agora da consciência” é um contrassenso, só existe retenção pelo fato de que existe “agora da consciência”.

¹¹ “O que se dá de modo primordial, num só golpe, constituindo a vivência e a sua objetualidade, é o referimento intencional, a intenção. Este referimento é o que faz esta objetualidade ser objetualidade desta vivência e não de outra. Assim, todo perceber é percepção de um percebido, como todo imaginar é imaginação de um imaginado...; e, vice-versa, todo percebido é o percebido de uma percepção e todo imaginado é o que é como o objeto de um ato de imaginar.” (FERNANDES, 2011, p. 70-71)

Para analisarmos melhor a retenção, precisamos adicionar ao texto o que seja esse “agora da consciência”. Esse momento “agora” em que percebemos os objetos é chamado de “impressão originária” ou “protoimpressão”. Vejamos um pouco sobre:

O “ponto-fonte”, com que se inicia a “produção” do objeto duradouro, é uma protoimpressão. Esta consciência está envolvida numa permanente mutação: o som-agora, presente em carne e osso, muda-se constantemente (*scil.* consciencialmente, “na” consciência) em um “ter sido”; constantemente um som-agora sempre novo substitui o que passou na modificação. Mas quando a consciência do som-agora, a protoimpressão, passa a retenção, esta própria retenção é outra vez um agora, um existente (*Daseiendes*) atual. (HUSSERL, 2017, p. 75)

O interessante do parágrafo é que Husserl fala de protoimpressão e retenção ao mesmo tempo. Trata-se de uma estratégia afoita de Husserl? Evidentemente que não. Só se pode falar de um falando do outro, são elementos tão intimamente entrelaçados que não há como fazer um isolamento dos conceitos. Protoimpressão é o “ponto-fonte”, o agora do vivido, é quando começo a dar atenção e a perceber um objeto. Esse “ponto-fonte”, no entanto, só aparece para logo se adumbrar, para se mudar em um “ter sido”. “A protoimpressão passa a retenção”.

Apesar de Husserl não fazer a separação do que seja protoimpressão em um parágrafo e retenção em um outro, o que é perfeitamente plausível, adotamos aqui a estratégia de tentar definir os dois de modo mais destacado. Lembremos: a retenção é um armazenamento do “agora da consciência”, armazenamento que possibilita a recordação do que acabou de passar. E o que é protoimpressão? É o ponto zero do vivido, onde ele começa para então se adumbrar. É a primeira impressão, o momento inicial da vivência, a exemplo da percepção inicial do giz. É o “agora da consciência”, precisamente o momento conectado de modo imediato com a retenção.

Podemos, nesse momento, retomar a citação sobre o giz:

Consideremos um pedaço de giz; fechamos e abrimos os olhos. Temos, então, duas percepções. Nós dizemos neste caso: vemos duas vezes o mesmo giz. Temos neste caso dois conteúdos temporais separados, observamos também uma distinção temporal fenomenológica, uma separação. (HUSSERL, 2017, p. 49)

O considerar do giz é a protoimpressão, é a motivação inicial que leva a minha atenção ao objeto. Mesmo antes de fechar os olhos, o considerar do giz já passou à retenção, pois o momento agora “x1” logo passa ao “x2”, de modo que “x1” é imediatamente retido. Fecho os olhos e o considerar do giz é interrompido, mas permanece na retenção. Apesar de não estar atento ao giz, o momento em que estive atento

passa à memória, é algo armazenado, que então posso recordar, ou seja, colocar mais uma vez à luz da atenção. Abro os olhos e o considerar do giz é mais uma vez realizado, mas é já uma outra protoimpressão, pois posso me atentar a outros detalhes, como o pó que lentamente voa entre a minha mão e o solo, ou uma leve rachadura no meio de sua estrutura. Essas impressões logo passam à retenção, mais uma vez sob a lógica do “x1”, “x2”, “x3” (...) “xn”. Não há retenção sem protoimpressão. Posso dizer o contrário, que não há protoimpressão sem retenção? Aqui diremos que não é possível, pois essa primeira impressão só é percebida pelo fato de que há algo como a retenção. Sem o reter, a protoimpressão sequer apareceria à consciência, sequer seria possível se situar e realizar uma separação de momentos.

Ainda nesse tópico, Dan Zahavi consegue ser mais didático que Husserl:

Husserl destaca de início um momento do ato concreto, que está dirigido no sentido estreito para a fase agora do objeto. Ele denomina esse momento de *impressão originária*. Por si só apenas, essa impressão não nos permite nenhuma experiência de um objeto temporal; ela é de fato meramente um componente abstrato do ato, que nunca irrompe isoladamente. A impressão originária precisa estar assentada em um horizonte temporal e precisa ser acompanhada por uma *retenção*, isto é, por uma intenção, que nos empresta uma consciência da fase que acabou de se dar do objeto... (ZAHAVI, 2015, p. 123-124)¹²

Temos alguns momentos decisivos na citação de Zahavi. Em primeiro lugar, a impressão originária está dirigida à fase agora do objeto. Essa impressão não nos permite a experiência do objeto temporal, pois a fase agora é só um componente abstrato da vivência, isto é, não há como colocar o agora em perspectiva somente por ele mesmo. A protoimpressão, portanto, precisa da retenção para aparecer à consciência. Uma análise do tempo imanente, como a que estamos empreendendo agora, precisa tratar desses conceitos de modo correlacionado. Se as vivências fossem um conjunto de sucessivos “agoras”, cada “agora” passaria sem se relacionar com os outros, isto é, não seríamos capazes de sequer notar a mudança temporal. Conforme Zahavi:

A tese fundamental de Husserl diz que nossa experiência de um objeto temporal (assim como a nossa experiência de mudança e de sequência) seria impossível, se nós só tivéssemos consciência exclusivamente daquilo que é dado em um agora pontual, que se relacionaria com os outros agoras pontuais como pérolas em um colar. Se esse fosse o caso, então só estaríamos em condições de experimentar aquilo que justamente agora é dado, nós seríamos de fato incapazes de experimentar qualquer coisa temporalmente extensa, isto é, algo que dura. (ZAHAVI, 2015, p. 122)

¹² Nesta dissertação, o conceito de horizonte será tratado mais adiante. No momento, interessa-nos somente o que seja impressão originária e a sua relação com a retenção.

Se todo vivido perdura, só podemos ter consciência desse perdurar graças à retenção que, como bem diz Zahavi, é uma intenção, intenção esta que nos refere à impressão originária. O título do parágrafo 12 das *Lições* se chama “A retenção como intencionalidade peculiar”. Husserl faz questão de mostrar a peculiaridade da retenção, pois é só por meio dela que podemos ter acesso ao outro ponto de conexão. É a retenção que possibilita o nosso acesso ao que foi visto na “fase agora”. Esse “agora” é, então, visto como um “agora mesmo passado”, um agora que acabou de passar, que imediatamente passou. Thomé pode nos ajudar, reforçando:

O que aponta para a compreensão de que a consciência não é de modo algum consciência *instantânea do tempo*, pois ela engloba passado, presente e futuro numa unidade fluente e incindível, ou seja, é unidade temporal na qual operam atos que não podem atuar independentemente: a duração só é possível na relação entre *agora mesmo passado* e *agora atual*. (THOMÉ, 2008, p. 58)

Se a duração só é possível na relação entre “agora mesmo passado” e “agora atual”, ou seja, entre “retenção” e “impressão originária”, isso mostra a necessidade do estudo de um conceito em conexão com o outro. Em verdade, esses dois conceitos revelam uma lei *a priori* do tempo imanente. Quer dizer: “É uma lei *a priori* da estrutura temporal que a cada proto-impressão agrega-se uma retenção que, num primeiro momento, constitui-se como recordação primária.” (THOMÉ, 2008, p. 58). Isso concorda com a citação de Zahavi quando ele diz que “a impressão originária precisa ser acompanhada por uma retenção”. Toda impressão originária, *por lei*, é então acompanhada por uma retenção. A partir da análise da retenção, pois, chegamos à recordação. Vejamos como Husserl define:

A esse respeito, pode-se dizer também: à consciência do agora se acrescenta necessariamente a consciência do passado recente, que é, ela mesma, novamente um agora. *Vivido algum pode cessar sem consciência do cessar e do ter cessado*, e este é um novo agora preenchido. (HUSSERL, 2006, p. 187)

O “agora” logo se torna um “ter sido”, um “agora mesmo passado”, é pela retenção que nós percebemos que de fato há um “agora”, pois a sua natureza é a de ser um referimento ao “agora” da impressão originária, que, como vimos com Zahavi, é um componente abstrato da vivência, um componente que só ganha concretude quando colocado em relação com a peculiar intencionalidade da retenção. O “agora” ganha um novo colorido quando referida pela retenção, ele pode ser visto realmente como “agora”, em uma posição, em uma relação de anterior ou posterior. Talvez essa estrutura possa ser melhor exposta em um exemplo. Tomando como inspiração o exemplo do giz, cuidadosamente construído por Husserl, realizaremos um exemplo musical.

Se ouvimos uma melodia composta pelas notas fá-si-mi-sol, temos uma protoimpressão da nota fá, do si, do mi e do sol. Protoimpressão nada mais é que a impressão vivida logo que o objeto temporal aparece, isto é, é uma impressão originária. Ao soar do fá, tenho uma protoimpressão, ao soar do si, o mesmo, e assim sucessivamente. No entanto, quando ouço o fá e, em seguida, o si, ouço o si com o fá já retencionado, quando ouço o mi, fá-si já está na retenção, e quando ouço o sol, fá-si-mi já passaram pela retenção. Husserl pode nos mostrar que a retenção dos sons que acabaram de soar se mostram novamente como um agora, afinal, a retenção ocorre e então se dá, podemos vê-la conscientemente, se assim colocarmos a nossa atenção.

Com esse exemplo, damos conta também das retenções que se relacionam com outras retenções. Se eu retenho fá e então ouço si, o si logo também é retido, de modo que o fá se torna uma retenção da retenção. Ao soar do mi e a sua respectiva retenção se dar, o fá se torna retenção de retenção de retenção, o si, retenção de retenção, e assim sucessivamente. Devemos saber o seguinte: por uma lei *a priori*, toda impressão originária é acompanhada por uma retenção. À medida que novas impressões originárias aparecem, novas retenções de acompanhamento também surgem, e essas se relacionam com as anteriores, na medida da sucessão. Um “agora” se modifica em “retenção”, um “agora mesmo passado”. Essa modificação é também uma lei.

Mas cada agora atual da consciência está sujeito à lei da modificação. Ele muda-se em retenção de retenção, e isto constantemente. Resulta, assim, um constante contínuo de retenção, de tal modo que cada ponto posterior é retenção para cada ponto anterior. E cada retenção é já um contínuo. O som agora muda-se em som-que-foi, a consciência *impressional* converte-se, em corrente permanente, numa consciência *retencional* sempre nova. (HUSSERL, 2017, p. 75)

A protoimpressão que tenho de fá, portanto, logo passa para a retenção. Ao soar do si, o fá continua ali guardado, retido, inclusive é a forma de vermos a relação intervalar¹³ entre fá e si. Se eu não tivesse uma intenção do fá, isto é, um referimento à sua forma sonora, não poderia recordar e ter uma experiência de que si está vindo depois do fá na sucessão. A experiência seria como um salto desconexo, como na imagem que

¹³ Todo estudante de música estuda percepção musical. Muito do trabalho da percepção musical é o professor em um piano tocando intervalos ou acordes. Nas duas opções, por meio da percepção, precisamos afirmar qual é o tipo de intervalo que ele está tocando, se é uma terça maior ou menor, uma segunda maior ou menor; se é um acorde maior, menor, aumentado, diminuto ou meio-diminuto. Se o caso for uma melodia, precisamos justamente do recurso da retenção. Só sei que fá-si é uma quarta ao soar do si e o reter do fá.

Zahavi nos evoca, pérolas em um colar que não se relacionam. Pois bem, o fá fica retido e, logo após, o si também é retido ao soar do mi. Se si é retenção, fá é retenção de retenção.

Ao soar do sol, o mi é retido, ao passo que si é retenção de retenção e fá é retenção de retenção de retenção¹⁴. A consciência impressional, então, converte-se em consciência retencional, e o que é retido se mostra presente, como novo. Husserl faz questão de colocar que a consciência retencional não é nada de figurativo, é também uma consciência originária – é a forma originária de acesso ao passado.

Um som presente pode, certamente, recordar um passado, apresentá-lo, figurá-lo (*Verbildlichung*), mas isto pressupõe uma outra representação do passado. / A intuição do passado não pode ser uma figuração. Ela é uma consciência originária. Não se deve, naturalmente, negar que haja ressonâncias. Mas aí onde as conhecemos e distinguimos, podemos desde logo verificar que não pertencem à retenção como tal, mas sim à percepção. (HUSSERL, 2017, p. 78)

Husserl está tratando sobre a intuição do passado, isto é, a intuição rememoradora, o ver o passado como um agora. O que ele está dizendo é que a intuição do passado, isto é, o ver direto que temos do passado é algo de originário. O passado não é uma mera figura daquilo que foi a protoimpressão, é uma forma originária que a intuição trata de tornar mais uma vez presente. Se recordo algo passado, posso descobrir novas nuances, como¹⁵ quando saio de uma sala de estudos e então recordo que esqueci o meu guarda-chuva, e não sei onde o deixei. Refazer os passos do que fiz pela sala, isto é, recordando os passos, posso, “trazendo” o passado à presença, resolver o problema atual.

Tendo a recordação das suas intenções, seus referimentos, ela se refere, necessariamente, a algo que ocorreu. Esse referimento me direciona ao passado, me “arremessa”, por assim dizer, para trás. De fato:

Se retomarmos agora novamente a questão de saber se é pensável uma consciência retencional que não seja continuação de uma consciência impressional, então devemos dizer: isso é impossível, porque cada retenção reenvia, em si mesma, para uma impressão. (HUSSERL, 2017, p. 81)

Essa citação é a confirmação precisa da lei *a priori* de que toda impressão originária é acompanhada por uma retenção. Não somente, Husserl também faz o exercício de se perguntar se é possível uma retenção sem uma protoimpressão. Como vimos até agora, é impossível isolar um do outro, uma retenção sempre está conectada ao

¹⁴ Assim funciona o que Husserl está chamando de lei da modificação. Esta lei possui uma estrutura que vamos explorar mais à frente, quando a recordação for melhor explicitada.

¹⁵ Pedimos aqui licença para darmos esse exemplo mundano. Sabemos que a fenomenologia transcendental trata de essências puras. Nesse momento textual, porém, Husserl ainda não tinha amadurecida a noção de redução.

“agora da consciência”, e vice-versa. A retenção é o que nos permite recordar e posicionar o “agora da consciência” como um efetivo “agora mesmo passado”.

Nesse sentido, como já apareceu em uma citação de Thomé, a retenção também pode ser chamada de recordação primária. O que a fenomenologia entende por isso? Husserl coloca que há dois tipos de recordação – a recordação primária e a secundária. A primária é precisamente o que entendemos por retenção, quer dizer, as protoimpressões são guardadas, retidas, ou seja, posso voltar ao que foi guardado, posso ver o “agora mesmo passado”. A retenção é o que nos garante o referimento ao que se passou. Esse tipo de referimento, de intenção, é peculiar, pois estabelece uma conexão imediata com o “agora da consciência”. Precisamente: “Caracterizamos a recordação primária ou retenção como uma cauda de cometa, que se agrega à respectiva percepção. Disso deve ser inteiramente distinguida a recordação secundária, a recordação iterativa.” (HUSSERL, 2017, p. 81).

Podemos verificar, então, que a recordação primária segue os rastros da protoimpressão, sendo esta o núcleo e aquela a cauda do cometa. A recordação primária é a esfera da retenção. Dizer que a consciência realiza uma recordação primária nada mais é que dizer que a consciência realiza uma retenção, ou seja, um referimento à fase agora que então é vista como “agora mesmo passado”. Com esses passos, conseguimos esclarecer a natureza da recordação primária.

E do que se trata a recordação secundária ou iterativa? Uma boa explicitação desse conceito pode nos revelar com maior precisão o significado de recordação na fenomenologia, indo além do “agora da consciência”, alçando distâncias maiores. Se compreendermos bem esses dois tipos de recordação, todo o tempo imanente, a aparição da duração na consciência e o perdurar de um vivido ganham um novo colorido, poderemos entender como a consciência lida com o tempo, como, em sua imanência, o tempo aparece e toca a tudo que é consciente.

Vejamos sobre esse outro tipo de recordação. A recordação iterativa, como o próprio nome diz, itera, repete o que se passou, reproduz. Em uma primeira comparação com a recordação primária, se a recordação iterativa repete o que se passou em uma reprodução, isto é, em um rever aquilo que passou por meio da consciência, não cabe à recordação iterativa o reter das vivências. Esse tipo de recordação possibilita movimentos mais ousados.

Enquanto a recordação primária nos permite o referimento ao “agora mesmo passado”, a recordação secundária permite o referimento ao passado mais distante. Esse acesso a um passado distante, no entanto, só é possível pela lei *a priori* de que toda impressão originária é acompanhada por uma retenção. Isto é, se não existisse algo como a retenção, que é uma intenção que retém dados, não seria possível o referimento às impressões vividas, de modo que a recordação secundária nada poderia reproduzir, pois nada teria de fato sido produzido, quem dirá reproduzido. Por isso a retenção é classificada como “primária”, é o princípio da recordação.

A reprodução só pode vir em seguida, em segundo lugar, pois ela itera aquilo que antes foi retido. A retenção, pois, caracteriza o “agora” como “agora mesmo passado”. A iteração reproduz esses “agoras” que já estão mais distantes na sucessão temporal. Podemos retomar a seguinte citação de Husserl:

O “ponto-fonte”, com que se inicia a “produção” do objeto duradouro, é uma protoimpressão. Esta consciência está envolvida numa permanente mutação: o som-agora, presente em carne e osso, muda-se constantemente (*scil.* consciencialmente, “na” consciência) em um “ter sido”; constantemente um som-agora sempre novo substitui o que passou na modificação. (HUSSERL, 2017, p. 75)

Husserl usa a palavra “produção”, entre aspas, para mostrar que a protoimpressão coloca o objeto em um fluxo de duração. Não é como se o “ponto-fonte” produzisse o objeto, criando uma estrutura física, esse “produzir” é referente à duração que então aparece, o objeto é posto em relação com a duração, que perdura em uma contínua cadeia de retenções. É a protoimpressão que “produz” o fluxo duradouro do vivido na consciência, que gera toda a cauda de retenções na sucessividade. Entender que é a protoimpressão que “produz” nos ajuda a desvelar o sentido do “reproduzir”.

Enquanto a retenção, a recordação primária, se conecta com o que foi “produzido”, permitindo que o “agora” apareça e seja então visto em uma posição, a recordação secundária, iterativa, pode reproduzir tudo isso que foi produzido, pode fazer com que o objeto duradouro apareça mais uma vez sob as circunstâncias de quando foi produzido. Em outras palavras, a recordação secundária possibilita a revisão da duração, não sendo apenas uma conexão imediata com o “agora”, mas uma conexão que pode se afastar, que possibilita um olhar mais acurado sobre os instantes daquilo que perdura.

Façamos um experimento imaginativo. Se imaginarmos algo como uma nave da consciência, o tempo imanente é o tecido por onde podemos voar, traçar rotas, definir

caminhos. A nave da consciência é a recordação secundária, pois ela permite que “voemos” pelo tempo imanente, voltando à época em que tive aquela protoimpressão da praia de Ipanema, voltando às retenções que então surgiram quando caminhava pela praia. Posso alçar voos longínquos, como empreender uma viagem de 20 anos ao passado, recordando como minha mãe me colocava para dormir, ou como meu pai jogava bola comigo. Também posso decidir se estaciono a nave ou apenas dou uma olhada nos objetos duradouros. Caso decida estacionar, posso tentar rever passo a passo como foi a palestra que realizei na Universidade de Brasília no ano de 2018. Posso passar horas recordando, reproduzindo, sem me preocupar em “voar” para outro momento.

A recordação iterativa possibilita uma experiência profunda do tempo imanente, permite a reprodução de tudo o que foi produzido no passado, à medida do que somos capazes de lembrar. Enquanto a retenção me coloca no “agora mesmo passado”, a recordação secundária me coloca no passado mais distante, permitindo uma recordação imagética.

Vejamos como Thomé pode ajudar:

O exercício da reprodução temporal é exclusivo da recordação secundária, pois a retenção não produz nenhuma objetividade duradoura, mas apenas retém o produzido e doa-lhe o caráter de agora mesmo passado. A reprodução iterativa enquanto re-produção do agora reconstitui o passado duradouro em *imagem* acrescentando-lhe elementos que não provêm totalmente da impressão: o reproduzido é uma recordação em imagem ou uma fantasia. (THOMÉ, 2008, p. 60)

A citação reforça o caráter exclusivo de cada recordação. Enquanto a primária tem por natureza a retenção que doa ao “agora” o “caráter de agora mesmo passado”, a secundária tem por exclusividade “o exercício da reprodução temporal”. Tendo essa diferença bem distinta em mente, podemos, talvez, facilitar essa explicitação por meio do exemplo musical que já mencionamos.

Vejamos o caso da melodia. Ao soar do fá-si, o fá é retido e então se apresenta a mim como “isso mesmo que acabou de passar”, “essa nota que acabou de soar”. O passado me aparece como novo, algo que acabou de passar e estou consciente disso. O que é novo não é a nota, mas o seu caráter de passado. Pela lei da modificação, esse passado vai cada vez mais se afastando e o mesmo agora passado se torna um passado distante. Não é da natureza da recordação primária, da retenção, fazer algo além de imprimir à impressão originária o modo de “mesmo agora passado” e reter o que se passou. De fato: “A retenção, pelo contrário, não produz nenhuma objetividade duradoura

(nem original nem reprodutivamente), / mas apenas retém na consciência o produzido e imprime-lhe o caráter de “mesmo agora passado”. (HUSSERL, 2017, p. 83).

Isso parece um algo inofensivo, mas chacoalha toda a fenomenologia e a nossa experiência intuitiva. A adição de tal análise à fenomenologia expande largamente o seu escopo. Antes falávamos da intuição e da intencionalidade pressupondo um agora a todo tempo, é na temporalidade que podemos ver as minúcias da intencionalidade, esta que perpassa por toda a vida da consciência. Reter o que passou e imprimir nesse “que passou” o caráter de “mesmo agora passado” é o que permite uma recordação mais sofisticada, como a secundária. É como se Husserl dissesse: a recordação primária é uma parte da consciência que possibilita toda a sucessividade, é só retendo o que se passou que podemos então fazer qualquer referimento. Antes do referimento, precisamos ter o algo para a que nos referimos, e esse algo pode “vir ao encontro” graças ao que foi armazenado. Se assim não fosse, precisaríamos, por exemplo, ouvir um fá-si eternamente para sabermos que ele de fato está ocorrendo, e talvez nem isso fosse garantido. A recordação primária nos permite uma primeira intuição do passado.

A recordação secundária já não intui o passado como um “mesmo agora”, ela opera já com certo distanciamento. Na recordação secundária, vemos o poder da intencionalidade. O exemplo que demos do guarda-chuva esquecido na sala, por exemplo, é algo feito na recordação secundária. A capacidade que temos de revisitar o passado e até descobrir novas matizações não percebidas na impressão originária é caráter da recordação secundária. Podemos nos referir intencionalmente à toda sucessão que fizemos na sala.

Consideremos um caso de recordação secundária: recordamo-nos, digamos, de uma melodia que ouvimos recentemente num concerto. É então manifesto que o fenômeno da recordação tem no seu todo, *mutatis mutandis*, precisamente a mesma constituição que a percepção da melodia. Ela tem, como a percepção, um ponto privilegiado: ao ponto-agora da percepção corresponde um ponto-agora da recordação. (HUSSERL, 2017, p. 82)

Quer dizer, enquanto a recordação primária permite o intuir de um “mesmo agora passado”, a recordação secundária permite o intuir de qualquer passado distante a que ainda temos referência, não só, esse recordar coloca o passado como um agora. Como dito na citação, ao ponto-agora da percepção corresponde um ponto-agora da recordação. A reprodução do que passou e foi retido, portanto, traz o passado novamente à tona. O que foi “agora” há muito tempo vem novamente ao “agora”, à atualidade. Há uma diferença sutil nesse caso. Enquanto a retenção coloca o “agora” como “agora mesmo

passado”, ela possibilita que o agora venha mais uma vez ao presente, um “agora mesmo” que ainda está presente.

Talvez isso fique claro na natureza do diálogo humano¹⁶. Suponhamos que um amigo esteja andando comigo na rua e percebe que eu estou andando de modo descuidado, com os carros quase me atropelando. Ele então diz: “Cuidado!”. Eu, então, percebo o meu descuido e passo a prestar mais atenção. Em uma simples palavra como “cuidado” há distinções temporais. Em sílabas temos: cui-da-do. O soar do “cui” se dá em um instante, o “da”, em outro, e assim também o “do”. Eu compreendo essa sequência de sílabas ao soar da palavra completa e então associo a palavra com um caso real que me diz respeito.

A palavra só faz sentido quando cada sílaba é pronunciada. Ouço “cui” e então retenho a sílaba, ouço “da” e também retenho, e, por fim, “do”. Pelo fato de que as sílabas estão disponíveis em minha retenção, posso chegar ao sentido da palavra quando completamente pronunciada. Por que estamos falando disso? Para mostrar que “cui” e “da”, mesmo retidos, ainda estão presentes ao soar do “do”. São sons que estavam aí “agora mesmo”, no passado. Até aqui, trata-se de um exemplo de retenção. Como a recordação iterativa entra em jogo?

A retenção torna o “agora mesmo passado” um presente, do qual podemos então fazer as devidas análises. A recordação iterativa, sendo reprodutiva, não torna o passado “presente”, apesar dele vir ao “agora”, à atualidade. Husserl mostra que, na recordação iterativa, o passado reproduzido é “presentificado”, isto é, ele aparece como um “agora”, mas reproduzido. Por ser reproduzido, o passado não se apresenta, isto é, não se faz presente, o que ocorre é uma representação do passado como agora. O passado não vem ao presente como algo apresentado, mas apenas como representado. De fato:

“(…) o presente temporal é, na recordação iterativa, um recordado, um presente presentificado; do mesmo modo, o passado é recordado, presentificado, mas não realmente presente, não percebido, não primariamente dado e intuído.” (HUSSERL, 2017, p. 83).

Thomé também pode nos ajudar:

A recordação secundária constitui-se, assim, como um ato de *presentificação* (*Vergegenwärtigung*) – enquanto que a percepção é sempre uma *presentação* (*Gegenwärtigung*) -, ao passo que resgata atualmente algo passado, por isso

¹⁶ Pedimos mais uma vez licença para o uso desse exemplo mundano, para fins didáticos e com a possibilidade de não confrontar a fenomenologia transcendental, visto que o texto é anterior à formalização transcendental. O próprio Husserl utiliza exemplo nas *Lições*, então não há problema em se usar esse recurso.

Husserl nos diz que a recordação secundária é sempre reprodutiva, ela representa algo passado “como que” (*gleichsam*) presente. Deste modo, a recordação secundária não é um ato de doação temporal originária, isto é, na recordação secundária não há doação originária nem do agora atual, nem do passado. Na recordação secundária há apenas representação do passado como agora. (THOMÉ, 2015, p. 41)

O passado primariamente dado e intuído é o da recordação primária, mas revisitar o que foi agora como uma representação presentificada só é possível na recordação secundária. “Presentificar” aqui tem o sentido de colocar novamente no presente, mas de modo não primariamente dado e intuído conforme a percepção. Em outras palavras, não há a “pessoalidade” do momento. Enquanto a retenção apresenta, a recordação iterativa presentifica.

A essa altura, podemos sintetizar quais são as propriedades fundamentais da recordação primária e da secundária. A primária, a retenção, é um armazenamento do “agora da consciência”, armazenamento que possibilita a recordação do que acabou de passar. É um recordar diretamente conectado com o agora da consciência, que possibilita a referência imediata ao que acabou de suceder. Essa referência consegue “presentar” o “agora mesmo passado”, isto é, torna presente um instante que acabou de passar.

No caso do giz, por exemplo, percebo sua estrutura e logo retenho esse perceber, mesmo que eu ainda esteja olhando para o giz, atento a ele. A retenção garante que a minha percepção seja percepção, quer dizer, permite que o considerar seja visto como tal, preservado como tal, pois posso lembrar e confirmar. Se não pudesse confirmar pela recordação primária, poderia chamar a percepção de percepção? Certamente que não. Para compreender que uma vivência é um algo que sucedeu, preciso guardar a vivência para então reconhecê-la em seguida. A retenção “presenta”, torna presente o que acaba de passar, o “agora mesmo passado”.

Já a recordação secundária, a iterativa, como o próprio nome diz, itera, repete o que se passou, reproduz. Ela é secundária pelo fato de que só pode ocorrer depois de uma retenção. A retenção guarda o passado e apresenta o “agora mesmo passado”, enquanto a recordação iterativa acessa o passado até o limite do que posso rememorar, acesso esse que só é possível por causa da retenção. Esse acesso permite o retorno aos objetos duradouros que foram, em algum momento, “protoimpressionados”, “retencionados”.

A recordação secundária, nessa lógica, não “presenta” como faz a retenção, mas “presentifica”, ou seja, traz à atenção a reprodução daquilo que sucedeu. Trata-se de uma

reprodução, um reconsiderar do que já passou, que é distante. “Presentificar” é tornar um algo presente na reprodução, isto é, um algo já distanciado, que não está conectado ao “agora mesmo passado”, como faz a retenção. “Presentar” é um algo originário, que remete ao “agora” da protoimpressão. “Presentificar” é uma repetição, que remete tanto ao “agora” da protoimpressão quanto às sucessivas retenções geradas.

As duas formas de recordação se conectam com o “agora da consciência”, ainda que em circunstâncias diferentes. O que estamos analisando até agora? Nada mais do que a aparição da duração no tempo imanente, na consciência. A aparição da duração se manifesta na vivência¹⁷, esta que nos permite visualizar os momentos da duração. O “ponto-fonte” que inicia a duração de uma vivência é a protoimpressão. Essa primeira impressão, no entanto, surge apenas para ser modificada, constantemente matizada. De fato, é assim que Husserl coloca:

Por isto, temos de dizer que o que chamamos consciência original, impressão ou também percepção é um ato que se matiza constantemente. Cada percepção concreta implica todo um contínuo de tais matizes. E também a reprodução, a consciência de fantasia, pede precisamente as mesmas matizações, só que reprodutivamente modificadas. Em ambos os casos, pertence à essência da vivência que ela deva ser estendida deste modo, que uma fase temporal jamais possa existir por si. (HUSSERL, 2017, p. 94)

De acordo com Husserl, é essencial à vivência que ela deva ser estendida, isto é, deve se expandir para além do ponto inicial. Uma protoimpressão nada é sem a retenção, assim como a retenção nada é sem uma protoimpressão. Uma fase temporal jamais pode existir por si, devemos encarar isso como uma lei do tempo imanente. Mesmo a reprodução, que tem por função a recolocação do que foi retido e percebido, se modifica constantemente¹⁸.

Sigamos em frente, ainda sobre a recordação secundária. Se a intuição nos coloca na relação direta com o objeto, o recordar presentificador pode trazer vários objetos à doação que passaram despercebidos no momento primariamente dado, a exemplo do guarda-chuva ou de uma informação que nem sabia que tinha prestado atenção, mas acabou por “vir ao encontro”¹⁹. A representação, apesar de ser um presentificar, nos

¹⁷ Percepções, representações, atos do pensamento conceitual, suposições, dúvidas, esperanças, temores, desejos, volições.

¹⁸ Posso alterar algo que me aconteceu na reprodução, adicionando algum elemento que me agrada mais. É bem comum refazermos os passos de algo que fizemos e então adicionarmos ou apagarmos características que incomodam.

¹⁹ Um clássico exemplo é o do “tique-taque” de um relógio. Imagino-me na mesa do meu escritório, escrevendo um texto. Estou tão atento ao texto que sequer fico atento ao “tique-taque” do relógio, até que, de repente, começo a notar. Não só noto, mas presumo que estava ouvindo, mesmo desatento. Será que,

mostra coisas novas no passado. Nesse sentido, a recordação secundária, ou iterativa, possui um caráter original e possibilitador de novas intuições, ao contrário da primária.

De fato:

(...) a recordação iterativa é, ela própria, recordação iterativa originalmente constituída e, depois, mesmo agora passada. Constrói-se, ela própria, através de um contínuo de protodados e retenções e constitui (ou melhor: reconstitui), em unidade com eles, uma objetividade duradoura (...) (HUSSERL, 2017, p. 83)

Husserl coloca que a recordação iterativa reconstitui uma objetividade duradoura, isto é, eu posso acessar aquilo que foi vivido no passado, o meu passado se torna objeto da minha intuição, do meu ver, mas enquanto imagem presentificada. Pela representação, posso ver coisas que não prestei atenção no momento do passado²⁰.

Podemos falar um pouco mais sobre a natureza da presentificação:

Percepção é aqui o ato que põe diante dos olhos qualquer coisa como (sendo) ela própria o ato que *constitui originariamente* o objeto. O contrário é *presentificação*, re-presentação, como ato que não põe o objeto, ele próprio, diante dos olhos, mas precisamente o *presentifica*, o põe diante dos olhos em imagem, por assim dizer, mesmo que não diretamente segundo o modo de uma autêntica consciência de imagem. Aqui nada se diz acerca de uma contínua mediação entre a percepção e o seu contrário. Até aqui, a consciência do passado, a saber, a primária, não era nenhuma percepção, porque a percepção era tomada como o ato que constitui originalmente o agora. Mas a consciência do passado não constitui um agora, antes um mesmo agora sido, algo que precedia intuitivamente o agora. Se chamarmos, porém, percepção ao *ato em que reside toda "origem"*, que *constitui originariamente*, então a *recordação primária é percepção*. Porque apenas na recordação primária *vemos* o que é passado, apenas nela se constitui o passado e, sem dúvida, não representativamente, mas antes de modo presentativo. (HUSSERL, 2017, p. 88)

Precisamos esmiuçar essa citação que entrega várias afirmações relevantes. Em primeiro lugar, Husserl reflete sobre a sua própria designação do que seja uma percepção, isto é, a intuição originária, que coloca o objeto frente à frente conosco, em sua pessoalidade de “carne e osso”. Se a percepção diz respeito ao que é intuído originariamente, então a recordação primária é percepção, pois ela nos apresenta o “agora” em um caráter de “agora mesmo passado”. O passado só é visto por ser guardado, retido,

nessa presunção, há algum grau de lembrança? Nesse sentido, precisaríamos de uma teoria mais rebuscada para dividir a atenção em primária e secundária, sendo a primária a atenção quando estamos conscientes, vigilantes; a secundária seria uma atenção dormente, subjacente, que capta detalhes mais “recônditos”.

²⁰ Quando ouço uma música, posso focar em um instrumento ou em outro. Imaginando uma música que utilize baixo, guitarra, teclado e vozes, muitas vezes a minha atenção pode ficar direcionada somente às vozes e à guitarra, desconsiderando o baixo e o teclado. Ouvir o baixo demanda uma maior atenção, pois é um som facilmente mascarado pelos outros. Quando reproduzo a mesma música em minha consciência, acabo reproduzindo o som do baixo, e me atento ao som ali mesmo, na reprodução! A reprodução pode nos mostrar detalhes não percebidos no momento “agora”, adicionando um novo matiz à vivência.

a protoimpressão passa pela lei de modificação e se converte em “mesmo agora passado” e, então, em passado cada vez mais distante.

Nesse sentido, como já vimos, agora com o amparo da citação, a recordação primária é o que torna presente o passado, o coloca de modo “presentativo”. Aqui se mostra relevante a diferença entre percepção e presentificação. A recordação primária não está relacionada com a presentificação, pois, justamente, o passado não nos aparece como imagem, figurativamente. O passado aparece como presente, como *Daseiendes*, um existente atual. Na recordação secundária, por outro lado, o passado é presentificado, nos aparece como imagem.

A retenção nos coloca diante do “mesmo agora passado”, este que me surge como sucessão da impressão originária. E como exatamente se dá essa sucessão, em termos mais exatos? O que podemos falar sobre a sucessão a partir de agora que já falamos da recordação e algumas de suas especificidades? A intencionalidade nos refere, com precisão, àquilo que foi intuído. A intencionalidade também aponta para a sucessão, uma vez que toda vivência aponta para os seus respectivos tempos. De fato: “Qualquer que seja o vivido individual que tomemos, ele se constitui como uma unidade que se estende pelo tempo fenomenológico na contínua consciência “originária” do tempo.” (HUSSERL, 2006, p. 265). Se nos recordamos de um vivido, portanto, recordamos também a duração do vivido, como ele se sucedeu. O que podemos dizer formalmente sobre a sucessão? Já sabemos que se trata da sequência entre as vivências, mas como podemos falar sobre ela enquanto lei? Vejamos a longa passagem em que Husserl chega à conclusão de sua lei:

Admitamos que um A surge como protoimpressão, perdura por um momento e, num certo grau de desenvolvimento, entra em cena, juntamente com a retenção de A, um B, que se constitui como B duradouro. Neste caso, durante todo este “processo”, a consciência é consciência do mesmo A “que se move para o passado”, do mesmo no fluxo dos seus modos de doação, do mesmo segundo a sua “duração” – forma de ser pertencendo ao teor do seu ser (*zu seinem Seinsgehalt gehörenden Seinsform*) – segundo todos os pontos desta duração. O mesmo é válido para B e para a distância entre as duas durações ou entre os seus pontos temporais. Mas com isto aparece aqui uma coisa nova: B segue A, é dada uma sequência de dois dados duradouros, com uma forma temporal determinada, uma extensão temporal que abarca a sucessão. A *consciência de sucessão* é uma consciência originalmente doadora, ela é “percepção” desta sucessão. Consideremos agora a modificação reprodutiva desta percepção, a saber, a recordação iterativa. Eu “*repito*” a *consciência desta sucessão*, eu a presentifico recordando-me. Eu “*posso*” (fazer) isso e certamente “tantas vezes quantas queira”. A presentificação de uma vivência acha-se *a priori* no domínio da minha “liberdade”. (O “eu posso” é um “eu posso” prático e não uma “simples representação”). Qual é, então, o aspecto da presentificação da sequência de vivências e que é que pertence à sua

essência? Dir-se-á desde logo: eu recordo-me primeiro de A e em seguida de B; se tinha originariamente A – B, tenho então agora (se o índice significar recordação) A' – B'. Mas isto é insuficiente, / porque significa que tenho, na consciência de uma sucessão destas recordações agora uma recordação A', “depois” uma recordação B'. Mas então teria uma “percepção” da sequência destas recordações, mas nenhuma consciência recordativa (da sequência). Devo, por conseguinte, apresentá-la através de (A – B)'. Esta consciência inclui, de fato, um A', um B', mas também um -. A sequência não é, certamente, um terceiro elemento, como se o modo de escrever os signos uns após os outros indicasse a sequência. Em todo caso, posso escrever a lei: (A – B)' = A' –' B'. (HUSSERL, 2017, p. 89-90)

Temos, então, a lei formal da sucessão: $(A - B)' = A' -' B'$. Isto é, um instante A é sucedido por B. Na consciência, temos então, primeiro, a consciência de A, a consciência da própria sucessão, e a consciência de B. Essa é a forma mais clara de falarmos sobre a sucessão. Husserl diz que a “consciência de sucessão é originariamente doadora”, isto é, temos uma percepção da sucessão, de que “B segue A”. Essa percepção da sucessão se encontra justamente entre A e B, a consciência de sucessão *segue* A e então chega ao B. Do outro lado da igualdade, $A' -' B'$, o travessão também é recordado, e ele representa a sucessão. Recordamos não só A e B, mas também a sucessão entre eles.

A sucessão acaba por mostrar o caráter essencial da vivência, ou seja, que ela sempre se estende. Husserl iguala o momento $(A - B)'$ com $A' -' B'$. O primeiro, entre parêntesis, mostra uma vivência A que se estende até B. O segundo, sem parêntesis, mostra a recordação da vivência entre parêntesis, mostrando que a recordação da vivência A também se estende até a recordação de B. Dito de outro modo, a lei de sucessão confirma que uma fase temporal jamais pode existir por si só, há sempre de expandir. Se a sucessão é algo que rege o tempo imanente, então é ela que possibilita a expansão da vivência de consciência.

Por isso, na recordação, lembramos também da sucessão, é a presença dela que garante a expansão das fases temporais, de modo que podemos surfar com a nossa nave da consciência pelo tecido do tempo imanente, tecido constituído pelas fases que sucedem. Se não houvesse sucessão, não haveria tempo imanente, pois uma fase temporal jamais existe por si, como atesta Husserl, é necessário que ela se estenda²¹. Esse estender,

²¹ Nesse sentido, toda e qualquer vivência que temos tende à expansão, formando, inevitavelmente, complexos tecidos de tempo. Não saber lidar com a sucessão é ignorar que a vida da consciência está em constante expansão. Inspirado por Husserl, tento formular o seguinte argumento: se toda e qualquer vivência é expandida temporalmente, então toda e qualquer vivência é temporal. Estudar as vivências, portanto, é estudar o tempo imanente, que é exatamente a estratégia adotada por Husserl. Será que a morte apaga todo esse tecido do tempo imanente? Sendo otimista, a morte nada mais seria que uma vivência A que necessariamente se estende para outra fase temporal, não sendo, portanto, capaz de existir isoladamente. Será que a consciência pode burlar a morte? Isso já é trabalho para os físicos e neurocientistas. Indo na

que é também um esticar, forma o tecido do tempo imanente. A vivência de A jamais é um algo isolado, o A se estica para uma outra fase temporal, ele deve suceder.

Se vivencio o soar do som fá e, em seguida, o soar do si, por exemplo, retenho não somente as notas, mas a sequência entre uma e outra. Retendo a sequência, a sucessão, na recordação secundária posso presentificar a sucessão, de modo que a lógica, a ordem da vivência é mantida na recordação. Já a recordação primária é que nos “presenta” à sucessão, estando intimamente ligada ao “agora da consciência”. Só sabemos que “B segue A” por que o A foi retido como um momento “x1”, para então ser comparado com o momento “x2” do B.

Recordar, pois, não é somente intuir – “trazer à doação” aquilo que se passou, mas também a ordem daquilo que se passou, a sequência. E como essa ordem é mantida na recordação? É a intencionalidade que possibilita esse acesso ordenado à recordação, cada referimento vivido nos surge, na recordação, como um referimento linha, Husserl representa a linha pela aspa. Ter o referimento aos momentos e à sucessão nos garante também o “eu posso” que Husserl diz, isto é, eu posso presentificar quantas vezes quiser, pois a intenção, o referimento, se mantém até o ponto em que estamos conscientes dos momentos.

A recordação, portanto, é iterável, ela se repete por quantas vezes eu desejar, mas somente pelo fato de que a retenção reteve tanto o “agora mesmo” quanto a percepção realizada na consciência de sucessão. A presentificação serve também como uma forma constante de não esquecermos o que foi retido, a recolocação daquilo que foi vivido nos lembra da sucessão e das impressões absorvidas.

Ainda sobre a presentificação, Husserl disserta:

O aparecer original e o fluir dos modos de decurso na aparição são qualquer coisa fixa, qualquer coisa consciente através da “afecção”, para que / apenas podemos olhar (quando nós, em geral, consumamos a espontaneidade do olhar). Pelo contrário, a presentificação é qualquer coisa livre, é um livre percorrer; podemos efetuar a presentificação “mais depressa” ou “mais devagar”, distinta e explicitamente ou, então, confusamente, com a rapidez do relâmpago, num só traço, ou em passos articulados etc. (HUSSERL, 2017, p. 95)

Essa passagem se encontra no parágrafo 20 das *Lições*, e trata da liberdade da reprodução. Enquanto somos afetados pelas coisas, elas aparecem como fixas no decurso

esteira de Husserl, porém, considerando que a morte seja um A, ela não é, definitivamente, o fim, mas somente um instante a ser estendido, uma fase.

da aparição que perdura, são coisas que podemos ter uma protoimpressão e então uma retenção, fixamente. Na presentificação, por outro lado, temos a liberdade de manipular a aparição reproduzida. Essa liberdade permite a flexibilidade de rever as coisas, de meditar sobre, de embaralhar. Só na recordação secundária podemos ver até onde a retenção vai, até onde ela preservou algo que foi “protoimpressionado”.

E quanto a situações em que o vivido já está muito distanciado no passado? Esse é um problema encontrado no interior da recordação secundária.

Como ficamos agora com o passado mais afastado? Se me recordo de qualquer coisa que ontem experimentei, reproduzo, então, o processo ontem experimentado, eventualmente, segundo todos os passos da sucessão. Enquanto faço isto, tenho a consciência de uma sequência: um (passo) é reproduzido primeiro, em seguida, na sequência determinada, o segundo etc. (...) é bem possível que não apenas os passos singulares do processo presente de modo recordativo se desviem dos do passado (que estes não tenham sucedido tal como são agora presentificados), mas também que a ordem real seja diferente da que é precisamente visada pela ordem recordada. Por conseguinte, são aqui possíveis erros e erros que, na verdade, brotam da reprodução como tal, que não devem ser confundidos com os erros a que está também sujeita a percepção dos objetos temporais (isto é, dos transcendentales). (HUSSLERL, 2017, p. 97)

Podemos recordar de modo embaralhado, confundindo dados de um passado distante com os de um passado recente, por exemplo. É uma questão de evidência²². Quanto mais dados retemos na consciência, mais as retenções de retenções de retenções, e assim por diante, acabam sendo ofuscadas e até mesmo esquecidas. Mesmo a consciência de sucessão pode se embaralhar, posto que é também uma percepção. Posso acreditar que A que segue B em algum contexto, quando na verdade era B seguindo A.

Se levado ao extremo, uma consciência que embaralha toda sucessão acaba sendo incapaz de ordenar as coisas. Tomando o português como exemplo, a frase “Eu estou bem” poderia virar “Estou eu bem” ou “Bem estou eu”. Não reter a sucessão tornaria todo e qualquer aprendizado impossível, pois não haveria consenso sobre certo ou errado e nem distinção entre fases temporais.

²² “Evidência” aqui não diz respeito ao mesmo que é encontrado nas ciências dedutivas, isto é, de que há uma evidência, por exemplo, de que há vida fora da Terra, ou de que há uma evidência de que há água em outro planeta. Essa evidência é obtida pelos lemas clássicos da ciência: observação e experimentação, no caso, por um telescópio. Para Husserl (2020, p. 115): “O fundamental é que não se ignore que a evidência é, então, esta consciência que de fato intui, que direta e adequadamente apreende por si mesma, que não significa outra coisa senão a doação adequada de si mesmo.”. Nesse sentido, “evidência” é um conceito articulado com a intuição e a ipseidade do objeto visado/observado. Zahavi (2015, p. 50) também diz: “Husserl compreende evidência como nossa experiência de que o objeto intencionado aparece originariamente “em sua própria pessoa”, isto é, de maneira tão originária e corpórea quanto possível.”

Desse modo, é relevante frisar que a intenção não armazena um referimento absoluto aos vividos. Estes podem passar ao vazio. Assim diz Husserl: “Também encontramos, com a doação original de um objeto temporal, que ele aparece, primeiro, de um modo vivo e claro, para, depois, com clareza decrescente, passar para o vazio. Estas modificações pertencem ao fluxo”. (HUSSERL, 2017, p. 96). Quanto maior a distância daquilo que foi “protoimpressionado” e “retencionado”, menor a clareza da doação, até chegar à possibilidade do vazio. Husserl não aprofunda o que seja o “vazio”, mas entendemos que a doação é simplesmente esquecida²³, não há mais como a consciência se referir ao que antes foi percebido.

Investigamos até agora algumas das especificidades da recordação primária e secundária. Também situamos aquilo que Husserl julga relevante no estudo sobre a temporalidade, isto é, a análise do tempo imanente, das vivências. Situamos a intencionalidade como propriedade que permeia a recordação e permite o referimento àquilo que é retido. Começamos uma diferenciação entre presentificação e percepção, de modo que a recordação primária acaba se confundindo com a percepção. Até agora, uma parcela do trabalho foi feita.

Precisamos, ainda, investigar temas áridos à fenomenologia, a exemplo da protensão e a sua relação com a expectativa, o lugar do conceito de horizonte na recordação, alguns dos aspectos mais detalhados da recordação iterativa e sua relação com a presentificação e a dupla intencionalidade, as leis a priori do tempo imanente e a possibilidade da reflexão na recordação.

²³ Esse tópico sobre “esquecimento” merece um trabalho à parte, com certeza voltado às considerações de Agostinho que vimos na introdução. Nosso interesse de mencioná-lo aqui surgiu mais pela necessidade de se mostrar que a recordação não é infalível, que as retenções não são eternas. Exploraremos isso em um outro trabalho.

Capítulo 2: Protensão, horizonte e reflexão

Com este capítulo daremos prosseguimento à análise do conceito de recordação. Como esforço inicial, precisamos tratar da terceira fase temporal da vivência que perdura na consciência. Já vimos sobre a protoimpressão e a retenção. Do que se trata essa terceira fase? Antes de emprendermos qualquer definição, por que não tratamos dessa terceira fase em conjunto com as outras duas? Tratar dessa terceira fase de modo acurado vai nos exigir o entendimento do conceito de “horizonte” que, por si só, merece uma análise mais detida. Para não falarmos de protoimpressão, retenção, horizonte, presentificação, reprodução e a terceira fase tudo ao mesmo tempo, escolhemos dedicar o início do segundo capítulo para a análise da terceira fase e do conceito de “horizonte”.

Com o primeiro capítulo pudemos compreender que toda vivência de consciência se estende, por essência. Também vimos que uma fase temporal não pode existir por si só. O conceito que agora vamos analisar é tão relevante quanto a protoimpressão e a retenção, posto que, os três juntos, formam a unidade do como a vivência perdura no tempo imanente. Trataremos da protensão.

O que é protensão? Se a retenção é uma intenção que se refere ao “agora mesmo passado”, a protensão é uma intenção que se refere ao “agora mesmo futuro”. Dito de outro modo, a protensão é um referimento ao “agora mesmo futuro”, um algo também conectado com o “agora da consciência”. Em uma percepção, o instante “x1” logo passa ao “x2”, sendo esse “x2” o futuro necessário de “x1”. Se percebo em “x1”, o “x2” é o adveniente. Sem algo como a protensão, como poderíamos prosseguir em uma percepção? A protensão é o estender necessário da protoimpressão, assim como a retenção também é um estender da protoimpressão. Ao perceber um “x”, a protensão garante que “x” continue a ser percebido como “x”, e não como um “y”, pois o adveniente de “x” enquanto objeto duradouro é o próprio “x”, a saber, em um esquema como “x1”, “x2”, “x3” (...) “xn”.

Assim diz Husserl: “Cada processo originariamente constituinte está animado por protensões, as quais constituem de modo vazio o adveniente enquanto tal, o agarram, o levam à realização”. (HUSSERL, 2017, p. 100). Uma função da protensão, portanto, é o de constituir, de modo vazio, o adveniente. É necessário que algo há de suceder, conforme

vimos com a lei de sucessão. A partir do “agora da consciência”, no entanto, não há como ter certeza do como a aparição a seguir se dará, apesar de que um adveniente é coisa necessária. A protensão anima de modo vazio o adveniente, que então pode ser agarrado, levado à realização. A protensão, nessa lógica, abre uma possibilidade “agora mesmo futura”, que pode ser agarrada ou não. Se a retenção nos abre ao passado, a protensão nos abre ao futuro.

O conceito de protensão ganha uma complicação maior quando vista a fundo. Como já vimos com a reprodução na recordação secundária, podemos rever, de modo livre, o que aconteceu em determinada cadeia de protoimpressões e retenções. Ora, esse rever é novamente um suceder, um colocar em ordem, isso se quisermos reproduzir o que aconteceu de modo fidedigno. Se tive uma percepção de modelo (A – B)’, sei que B segue A, recordo dessa maneira. Ao realizar a reprodução, aos poucos vou recontando tudo o que fiz, um passo atrás do outro. Essa recontagem passeia mais uma vez pelas protoimpressões e retenções. E por que não pela protensão? Ora, a protensão também está presente na vivência da reprodução, evidentemente. Por que se trata de algo evidente? Pelo fato de que uma protoimpressão nunca anda sozinha, mas sempre ao lado da retenção e da protensão.

Como a protensão se dá na recordação iterativa? Como posso falar de um adveniente no passado, de um futuro do passado? Ora, tendo a percepção de modelo (A-B)’, sei que B, no futuro próximo, é o adveniente de A. Reproduzindo as durações, já sei o que vai ocorrer²⁴. Na recordação iterativa, a protensão não meramente anima o adveniente, mas causa expectativa. Já sei qual é o futuro na reprodução, mas faço questão de seguir passo a passo, para ter uma experiência completa daquela vivência tal como tive em “carne e osso”. O futuro, na reprodução, é já esperado, trata-se de uma expectativa pré-dirigida. De fato:

Na consciência que recorda iterativamente, o preenchimento / é repreenchimento precisamente na modificação da posição recordativa, e se a protensão originária, (pertencente) à percepção de um acontecimento, era indeterminada e deixava em aberto o ser-outro ou o não-ser, temos, então, na recordação iterativa, uma expectativa pré-dirigida, que não deixa tudo isto em

²⁴ Consideremos o seguinte exemplo: estou em uma igreja, em completo silêncio. O ambiente, de repente, me faz lembrar da sinfonia número 2 de Sibelius. Tenho boa parte da sinfonia gravada na memória, em especial a transição do terceiro ao quarto movimento. Reproduzo, na consciência, a música conforme ouvi no CD. Quando chego ao fim do terceiro movimento, sei que o quarto movimento logo vai começar. A dinâmica dos instrumentos passa do piano ao forte. Fico na expectativa e, então, começa o quarto movimento, tudo em minha consciência. O mero reproduzir me causa arrepio na espinha, lembrando como é forte a entrada das cordas e dos metais.

aberto, a não ser na forma de recordação iterativa “inacabada”, a qual tem uma estrutura diferente da protensão originária indeterminada. (HUSSERL, 2017, p. 100-101)

Toda vivência de consciência perdura na unidade das três fases temporais. A reprodução é uma vivência de consciência, logo, ela perdura na unidade das três fases temporais. Se pensamos em algo como uma recordação do futuro, algo que ainda nem aconteceu, reagimos com estranheza. No entanto, a reprodução é justamente um reconsiderar daquilo que já ocorreu e, no fluxo das ocorrências, lembramos também da consciência de sucessão própria ao momento. A sucessão me mostra os acontecimentos em posições já delimitadas, indicando o que veio antes e o que veio depois, o que é passado e o que é futuro. Refazer os passos na reprodução é uma forma de brincar com o futuro, mesmo sabendo o que acontece, fingimos não saber para termos a mesma sensação de descoberta²⁵, a mesma sensação de conexão com um “ser-outro”, como pontua Husserl na citação.

A recordação iterativa ela mesma não é expectativa, mas nos posiciona em um preenchimento de vividos, em expectativas pré-dirigidas. Nessa lógica, podemos inferir uma clara diferença entre o que seja protensão e o que seja expectativa. Não são conceitos sinônimos. Enquanto a protensão é uma intenção que se refere ao “agora mesmo futuro”, uma abertura ao “ser-outro”, a expectativa é uma reabertura pré-dirigida. O próprio Husserl declara a dificuldade do tema:

Residem aqui, por conseguinte, dificuldades da análise intencional que começam já com o acontecimento singularmente considerado e, depois, de um modo novo, com as expectativas que dizem respeito à sucessão dos acontecimentos até o presente: a recordação iterativa não é expectativa, mas ela tem um horizonte dirigido para o futuro e, sem dúvida, para o futuro do recordado. À medida que prossegue o processo de recordação iterativa, este horizonte abre-se de novas maneiras e torna-se mais vivo, mais rico. E, com isto, este horizonte preenche-se com acontecimentos iterativamente recordados sempre novos. (HUSSERL, 2017, p. 101)

Apesar de não ser expectativa, a recordação iterativa se dirige ao futuro do recordado, isso pelo fato de que esse futuro está no horizonte da reprodução. E o que exatamente é horizonte? Aqui podemos enriquecer a nossa análise. O que estamos estudando? O perdurar das vivências na consciência, no tempo imanente. Toda e qualquer vivência é temporal. Sabemos que percepções são vivências. Quando percebo um objeto “x”, não percebo somente o objeto, isoladamente. Assim como fases temporais não podem existir individualmente, objetos também não podem, precisam estar situados em

²⁵ Como quando reassistimos um filme pela décima vez e ainda sentimos o teor de suas reviravoltas.

um espaço. Esse espaço é sempre o “fundo” por detrás do objeto. Nesse “fundo” há sempre outras coisas a que posso me atentar, como uma cor, uma forma, um outro objeto. Essas coisas que vivem no contorno, na vizinhança daquilo que percebo, formam um tipo de horizonte. Vejamos com Husserl:

No perceber propriamente dito, que é notar algo, estou voltado para o objeto, por exemplo, para o papel, eu o apreendo como este que é aqui e agora. O apreender é um destacar, todo percebido se dá sobre um fundo de experiência. Em torno ao papel estão livros, canetas, tinteiro etc., de certo modo também “percebidos”, perceptivamente ali, no “campo intuitivo”, mas enquanto se está voltado para o papel, não há nenhuma apreensão, mesmo secundária, voltada para eles. Eles apareciam e, não obstante, não eram realçados, postos por si. Toda percepção de coisa tem, assim, um halo de *intuições de fundo* (ou de visões de fundo, caso já se compreenda no intuir o “estar-voltado-para”), e este também é um “*vivido de consciência*” ou, mais brevemente, “consciência”, e mesmo consciência “*de*” tudo aquilo que está de fato contido no “fundo” objetivo co-intuído. (HUSSERL, 2006, p. 87)

O “halo de intuições de fundo” nos importa sobremaneira, posto que, na citação, Husserl diz que se trata de um vivido de consciência. Se é vivência, é temporal, e tende a se estender. Mas o que é, afinal, horizonte? É nas *Meditações cartesianas* que Husserl vai tratar do assunto com maior didatismo. De fato: “Os horizontes são potencialidades pré-delineadas. Dizemos também que se pode interrogar todo e qualquer horizonte acerca do que nele reside, explicitá-lo, *desvendar* as potencialidades correspondentes da vida de consciência”. (HUSSERL, 2013, p. 83). Horizontes, então, são potencialidades, e não só, fazem parte da vida de consciência. O que esse “pré-delineado” quer dizer? Husserl pontua:

O próprio pré-delineamento é, decerto, em todos os momentos imperfeito, mas, mesmo na sua *indeterminação*, possui, contudo, uma *estrutura de determinidade*. Por exemplo, o cubo, na perspectiva dos lados não vistos, deixa muita coisa em aberto, contudo, ele é já de antemão *apreendido* como cubo e, portanto, em particular, como colorido, áspero, e coisas semelhantes, com tudo o que cada uma destas determinações deixa sempre ainda em aberto quanto às particularizações”. (HUSSERL, 2013, p. 83)

Se horizontes são potencialidades, então são coisas indeterminadas, abertas às possibilidades, que podem vir a ser. Um horizonte é um fundo pré-delineado, ou seja, um espaço que abarca contornos que podem aparecer em disposições infinitas²⁶. O contorno é pré-delineado, ou seja, possui uma certa determinidade, como no exemplo do cubo. Podemos identificar algo muito semelhante no tempo imanente. Uma protoimpressão, por exemplo, é uma potencialidade, algo que necessariamente se tornará retenção e que foi

²⁶ Em *Verdade e Método*, Gadamer dá uma definição bem didática sobre o conceito de horizonte: “Horizonte é o âmbito de visão que abarca e encerra tudo o que pode ser visto a partir de um determinado ponto”. (GADAMER, 2017, p. 399).

uma protensão. O que contorna uma protoimpressão? Nada mais que a retenção e a protensão. Ao vivenciar uma protoimpressão eu já apreendo o seu “fundo”, o seu contorno, a sua vizinhança, os seus outros “lados”. Uma fase temporal não pode existir por si só. Nessa lógica, o tempo imanente é um horizonte temporal, ou seja, sempre aparece em um contorno pré-delineado²⁷.

Qual foi a estratégia inicial da dissertação? Ora, justamente estudar a aparição da duração no tempo imanente. Como uma tal aparição pode se dar? A duração se dá nas vivências, na vida da consciência. Toda e qualquer vivência parte de um ponto, a saber, um “ponto-fonte”, uma protoimpressão. Quando falamos em algo como um “ponto”, já estamos falando de um ponto situado, um ponto com posição. Esse ponto já é pré-delineado, isto é, possui um contorno determinado, a retenção e a protensão. Um contorno temporal é algo de necessário. Como podemos afirmar isso? Ora, pela lei de sucessão. Toda vivência se estende, vive na sucessão. Aquilo que é estendido é estendido para os lados, para um contorno. Logo, toda e qualquer vivência se estende em um horizonte temporal. Sem horizonte, nessa lógica, não haveria contorno, fundo, de modo que não poderíamos nos locomover pelo tempo imanente, a exemplo de como vimos com a nossa “nave da consciência”. É como imaginar objetos fora de um mundo, uma casa fora de um espaço²⁸.

O que seria, então, um horizonte na recordação? Nada mais que o contorno da recordação, ou seja, aquilo que está à disposição dela. Se recordo a vivência (A – B)’ enquanto A’ –’ B’, sei que B segue A, pois o A possui um horizonte que possibilita a abertura para as outras fases. Nesse sentido, quando Husserl diz que “a recordação iterativa não é expectativa, mas ela tem um horizonte dirigido para o futuro”, ele está querendo dizer que a reprodução possui um contorno já delineado, pois já foi vivido, o futuro já foi escrito, mas pode ser mais uma vez vivido, na qualidade da presentificação. No decurso da vivência revivida, já tenho a expectativa do que sucede, um horizonte, um contorno voltado ao futuro da recordação.

²⁷ Nesse caso, um contorno de durações, que é diferente de um contorno espacial.

²⁸ Apesar de Husserl descartar a análise do tempo cósmico, podemos, em paralelo, pensar em uma metáfora. Como posso dizer que há tempo se não há cosmos? O “cosmos” da consciência se dá nas vivências, e estas constantemente se estendem no tecido do tempo imanente. Esse tecido é costurado pelo horizonte temporal, que conecta os pontos, a saber, protoimpressão, retenção e protensão, para formar o contorno da vida da consciência. Husserl não diz isso nessas palavras, aqui somos nós que estamos empreendendo uma dedução a partir dos escritos do fenomenólogo. Husserl claramente descarta a análise do tempo cósmico, aqui somos nós que entendemos que a consciência só é possível no universo e, portanto, o tempo imanente seria um capítulo do tempo cósmico, algo possível somente no cosmos.

O contorno vivido na reprodução não é, porém, estático. Isso ocorre pelo fato de que, como já vimos, a reprodução não é meramente uma cópia do que foi produzido, pois nela podemos nos atentar a elementos de fundo, “co-intuídos”, como diz Husserl. A reprodução acaba por fornecer um olhar mais cuidadoso sobre o que passou, ampliando os horizontes do que foi visto, estendendo o contorno.

À medida que prossegue o processo de recordação iterativa, este horizonte abre-se de novas maneiras e torna-se mais vivo, mais rico. E, com isto, este horizonte preenche-se com acontecimentos iterativamente recordados sempre novos. (HUSSERL, 2017, p. 101)

Um bom exercício para a recordação secundária são os interrogatórios policiais. “O que você fez no dia 20 de março às 21h?”, pergunta o policial. Somos obrigados a tentar recordar, refazendo os passos do que foi feito no dia 20 de março. Algo que sequer tinha dado importância pode surgir sob uma nova luz, favorecendo o percurso da investigação. Essa abertura de horizontes na recordação iterativa mostra algo de necessário. Realmente:

(...) todo o novo reage sobre o antigo, a sua intenção antecipativa preenche-se e determina-se com isto, o que dá à reprodução um colorido determinado. Mostra-se aqui, por conseguinte, uma retroação necessária *a priori*. O novo aponta novamente para o novo, o qual se determina, ao entrar em cena, e modifica as possibilidades reprodutivas do antigo etc. Com isto, o poder retroativo retrocede ao longo da cadeia, porque o passado reproduzido traz o caráter de *passado* e uma intenção indeterminada, referida a uma certa posição temporal em relação ao agora. (HUSSERL, 2017, p. 102)

Longe de ser somente uma cópia do que já foi vivido, a recordação iterativa possibilita a abertura de novos horizontes na reprodução, permitindo que novos acontecimentos venham à luz. Enquanto reproduzo determinado evento, a reprodução se dá, como já vimos, em um novo “agora”. Se descobro um novo dado sobre o que fiz no dia 20 de março, por exemplo, esse dado vai retroagir sobre todas as retenções e protoimpressões presentificadas na reprodução, gerando uma nova percepção da vivência como um todo.

A retroação, diz Husserl, é necessária e *a priori*. Com isso podemos compreender a razão de um horizonte não ser algo fixo, algo rígido, mas uma potencialidade. Um horizonte pode, a qualquer momento, ser expandido ou reduzido. A descoberta de novos acontecimentos iterativamente recordados retroage sobre o passado, de modo que o horizonte muda o seu contorno, ganha um novo colorido. A retroação é algo possível só na recordação secundária, posto que a primária apenas se conecta com o “agora mesmo

passado”. A descoberta de novos acontecimentos iterativamente recordados demanda a liberdade de se mover no passado que é própria à recordação secundária.

As conexões que vimos até agora, a saber, da protensão e do horizonte na recordação, nos revelam um pouco mais sobre os meandros do tempo imanente e da aparição da duração. Afinal, Husserl diz:

Uma duração não é de modo nenhum representável, ou melhor, não é possível sem que seja posta numa conexão temporal, sem que existam intenções da conexão temporal. Além disso, é necessário que estas intenções tenham ou a forma de retenções do passado ou do futuro. (HUSSERL, 2017, p. 101)

A compreensão da duração exige uma compreensão das conexões temporais, isto é, das fases que se estendem pelo horizonte temporal. Deparamo-nos com outra necessidade, as intenções de uma conexão temporal precisam ter a forma de retenção do passado ou do futuro, de protensão, que se abre ao adveniente. Ou seja, sem um preciso estudo da trindade conceitual, das três fases temporais da vivência, não poderíamos compreender o que seja duração e, sendo assim, não conseguiríamos realizar uma análise do tempo imanente, da aparição da duração que perdura nas vivências.

O que mais podemos concluir pela citação? Ora, uma duração sempre se dá em um horizonte voltado ao passado e ao futuro. O que contorna uma duração? As potencialidades do passado e do futuro, que logo são agarradas pela consciência, gerando toda a cadeia de intenções de fundo. Uma protoimpressão nada é sem retenção, sem protensão. Uma retenção nada é sem protoimpressão. Uma protensão nada é sem protoimpressão. Ao realizarmos uma protoimpressão, o seu contorno já nos sobrevém, isto é, os seus outros lados, a sua vizinhança, o seu horizonte de passado e de futuro.

Ainda sobre o conceito de horizonte, Husserl nos diz:

O lado que aparece nada é sem o lado inaparente. Assim, também na unidade da consciência do tempo: a duração reproduzida é o primeiro plano, as intenções de inserção (da duração no tempo) tornam consciente um fundo temporal. E, de um certo modo, isto continua na constituição da temporalidade do próprio (objeto) duradouro, com o seu agora, o seu antes e o seu depois. Temos as seguintes analogias: para a coisa espacial, a inserção no espaço envolvente e no mundo espacial e, por outro lado, a própria coisa espacial com o seu primeiro plano e o seu fundo. Para a coisa temporal, a inserção na forma temporal e no mundo temporal e, por outro lado, a própria coisa temporal e a sua orientação mutável em relação ao agora vivo. (HUSSERL, 2017, p. 103)

A “vizinhança”²⁹ temporal de uma duração se mostra nas necessárias intenções de passado e de futuro. A reprodução de uma duração nos mostra a “vizinhança”, assim como quando temos uma protoimpressão e esta logo passa à retenção e à protensão. A reprodução nos situa nesse fundo temporal, com a adição de que a vivência do horizonte não permanece fixa, por ser potencialidade pré-delineada.

Examinando o passado na reprodução, o horizonte pode sempre abarcar novas disposições, de modo que o novo retroage sobre o passado, e isso necessariamente. Quer dizer, apesar da reprodução “presentificar” o que já passou, ela pode sempre nos apresentar novos acontecimentos, de modo que “presentificar” não somente recoloca as coisas em suas posições, mas também altera, modifica e abre espaço para o novo³⁰.

Se um horizonte é um vivido de consciência e é uma potencialidade, então a vida da consciência só tem a ganhar com a sua maleabilidade. A “presentificação” reconsidera o que foi vivido, inclusive o horizonte, o contorno que abarca toda a duração de determinado objeto. Reviver o horizonte é reviver sua potencialidade, suas possibilidades em aberto, e é pelo fato de termos algo como o horizonte que a reprodução ganha a sua liberdade.

O “presentar” da retenção, que nos coloca diante do “agora mesmo passado”, armazena o “agora”. O “presentar” nada quer modificar, acrescentar, mas somente guardar, reter. A recordação primária é o que nos situa no tempo, separando o “agora” do “agora que acabou de passar”. O que acontece no “agora” só pode ser visto na recordação primária. Nesse sentido, a recordação primária está sempre aberta ao “agora”, está em íntima conexão, como já vimos. Ou seja, a retenção nos “presenta” ao horizonte passado, àquilo que contorna o “agora”. Com o exemplo do “fã-si-mi-sol”, vimos como há retenções de retenções, retenções de retenções de retenções, e assim por diante. Quer dizer, há um horizonte retencional que contorna o “agora”, assim como há um horizonte protencional. Só a compreensão daquilo que contorna o “agora” pode nos levar ao entendimento deste.

A recordação está sempre em movimento. Husserl confirma: “a recordação está num fluxo constante, porque a vida da consciência está num fluxo constante”.

²⁹ Husserl usa esse termo no parágrafo 25 e 26 das *Lições*.

³⁰ É nesse sentido que podemos aprender algo a partir da própria memória. Posso examinar algo que fiz há anos atrás e tentar perceber matizes outros que me impulsionem ao entendimento de algo novo.

(HUSSERL, 2017, p. 102). Chegando até aqui, podemos pontuar: sem recordação, não haveria a consciência como conhecemos, pois sequer teríamos ciência do tempo e do espaço. Estudar a recordação é estudar a vida da consciência, é analisar como nós, enquanto humanos, lidamos com o tempo imanente. Que o propósito da dissertação fique mais uma vez justificado: uma análise da recordação na fenomenologia, a fim de tentar compreender como lidamos com o tempo, a fim de buscar uma ampliação do nosso entendimento sobre a vida da consciência.

O estudo feito até agora sobre a recordação iterativa nos leva a um outro tópico relevante, a saber, a dupla intencionalidade da recordação secundária, que é, em verdade, um nome grande para algo simples. A reprodução, como sabemos, recoloca a duração daquilo que foi vivido, mas não só, recoloca também a posição, a ordem. A reprodução tem a árdua tarefa de preencher a duração e o modo como apareceu, em determinada posição. São, portanto, duas intenções a serem preenchidas, a de duração e a de posição. “À duplicidade das intenções, que / se dirigem para a duração preenchida e para a sua posição temporal, corresponde um duplo preenchimento”. (HUSSERL, 2017, p. 101-102).

Quando comentamos que a recordação secundária permite movimentos mais ousados, tínhamos isso em mente. Ela é capaz de organizar, de reorganizar a duração e a posicionalidade. O seu caráter dúplice quanto à intenção só reafirma como ela está em um horizonte temporal, contornada por durações e posições. A organização desse horizonte e, não só, a renovação dele a partir dos acontecimentos iterativamente recordados, delineiam as possibilidades da recordação secundária.

A dupla intencionalidade, referente à duração e à posição, mostra como a recordação é algo de essencial para a consciência. Enquanto a retenção guarda e nos conecta de modo imediato ao “agora”, a recordação secundária nos conecta com uma sequência enorme de durações e posições. Posso tentar empreender, conquanto com pouca chance de sucesso, uma reprodução parcial daquilo que sucedeu entre os meus 6 e 14 anos. Trata-se de um conjunto gigantesco de durações e posições que, se exercitado à exaustão, pode erigir um bom documento, para além de acontecimentos pontuais.

A reprodução me mostra como a posição aparece, como a duração aparece. Husserl pontua:

A aparição traz também certo caráter posicional: ela entra em cena numa certa conexão de aparições (...) e, em relação com essa conexão, tem um caráter motivador: a intenção de vizinhança fornece, para as aparições “possíveis”, um halo de intenções. (HUSSERL, 2017, p. 109)

Ou seja, a sequência de aparições forma um halo de intenções, um horizonte, um contorno de coisas que aparecem e podem surgir como novas na recordação secundária. É isso que devemos ter em mente: as intenções nos referem aos momentos ocorridos em determina vivência, o que nos permite ver a aparição, seja relativa à posição, seja relativa à duração.

As intenções nos mostram uma “vizinhança” que, como já vimos, formam um horizonte de passado e futuro. A reprodução possui um horizonte peculiar, que é o guiado ao futuro do recordado. Apesar das novidades que podem aparecer, as intenções são objetivas, elas preservam o instante a que podemos nos referir, evitando uma confusão entre instantes referidos³¹. De fato:

É um fato geral e fundamentalmente essencial que cada agora, enquanto se retrotraí para o passado, mantenha a sua estrita identidade. Dito fenomenologicamente: a consciência do agora, que se constitui com base na matéria A, transforma-se constantemente numa consciência de passado enquanto, ao mesmo tempo, se constrói uma consciência sempre nova do agora. (HUSSERL, 2017, p. 110)

A citação reafirma que uma protoimpressão constantemente se transforma em uma consciência de passado, construindo também, ao mesmo tempo, uma consciência nova do “agora”. O “agora” ganha sempre um novo colorido, um novo matiz. Importante aqui é colocar que o “agora”, em seu constante ir ao passado, mantém a sua estrita identidade, podendo ser referido como tal. Trata-se de algo, como diz Husserl, “fundamentalmente essencial”. Mesmo quando o “agora” em sua característica de novidade surge, o que há de novo são as coisas a serem percebidas, notadas, mas não a intenção ela mesma, a intenção não vira um algo novo, mas mantém a sua estrita identidade. Realmente:

O agora que acaba de descer já não é o novo, mas sim o que foi empurrado para o lado pelo novo. Neste empurrão para o lado (*in dieser Beiseiteschiebung*) reside uma alteração. Mas se por um lado ele perdeu o seu caráter de agora, permanece absolutamente inalterado, por outro, na sua intenção objetiva, ele é intenção de uma objetividade temporal e, certamente, intenção intuitiva. Neste aspecto, não está presente, por conseguinte, nenhuma alteração. (HUSSERL, 2017, p. 111)

A intencionalidade, nessa lógica, possibilita a organização da nossa reprodução, se referindo aos momentos como realmente aconteceram, em uma posição e uma duração

³¹ A intenção pode ficar cada vez menos clara, passando ao vazio.

determinada. A dupla intencionalidade da recordação iterativa, portanto, possui um poderoso poder de organização, de modo que podemos meditar em nossas lembranças, refletir. Essa possibilidade tão humana só é possível pelo fato de que podemos recordar.

O que podemos falar de mais concreto sobre a reflexão a partir da recordação? É isso que devemos analisar em sequência. Até agora, conseguimos expor as tarefas que propusemos, a saber, a análise da retenção e a sua relação com a expectativa, o lugar do conceito de horizonte na recordação, alguns dos aspectos mais detalhados da recordação iterativa e sua relação com a presentificação e a dupla intencionalidade. Resta-nos tratar da reflexão e das leis a priori do tempo imanente. Em primeiro lugar, trataremos das leis a priori, para visualizarmos, de modo formal, como Husserl elencou algumas das leis do tempo imanente. Por último, analisaremos a possibilidade da reflexão a partir da recordação, tendo em mente as leis a priori.

Como podemos nos aproximar das leis a priori do tempo imanente? Até o momento, já dissertamos sobre a lei de sucessão e a lei de que toda protoimpressão se estende em retenção e protensão. Além das leis, vimos passagens que Husserl define alguns processos como necessários, a exemplo da retroação na recordação secundária, a necessidade de que todo vivido é um vivido que perdura; que o “agora” só pode ser visto na retenção; que, necessariamente, há um contorno, um horizonte, na esfera dos vividos, na duração e na posição. Também vimos como a intenção, necessariamente, se refere a uma objetividade de estrita identidade. O que ainda podemos tratar como lei? Elencaremos as leis que Husserl aborda no parágrafo 33 das *Lições*:

Se, antes de tudo, compararmos duas protoimpressões, ou melhor, correlativamente, dois dados primitivos aparecendo ambos realmente numa consciência como dados primitivos, como agora, então eles são diferentes um do outro pela sua matéria, mas são simultâneos, eles têm identicamente a mesma posição temporal absoluta, são ambos agora e têm, no mesmo agora, necessariamente o mesmo valor de posição temporal. Eles têm a mesma forma de individuação, eles constituem-se ambos em impressões que pertencem ao mesmo grau de impressão. Nesta identidade, eles modificam-se e conservam sempre a identidade na modificação de passado. (HUSSERL, 2017, p. 120)

O agora atual é *um* agora e constitui *uma* posição temporal, por mais diversas que sejam as objetividades que nele se constituem separadamente: todas elas têm o mesmo presente temporal e conservam a sua simultaneidade no escoamento. Que os lugares temporais tenham distâncias, que estas sejam grandezas, e coisas semelhantes, isso pode ser aqui visto com evidência; e as demais verdades como a lei da transitividade ou a lei: se *a* é anterior a *b*, então *b* é posterior ao *a*. Pertence à essência *a priori* do tempo que ele seja uma continuidade de posições temporais – preenchidas uma vez com objetividades idênticas, outras, com variáveis – e que a homogeneidade do tempo absoluto se constitua inexoravelmente no fluxo das modificações de passado e no

constante jorrar de um agora, o ponto temporal criador, o ponto-fonte da posição temporal em geral. (HUSSERL, 2017, p. 120-121)

Fazemos questão de pontuar que essas passagens estão no parágrafo 33 das Lições. Husserl intitulou esse parágrafo como “Algumas leis a priori do tempo”. A primeira citação trata da lei da simultaneidade. Quer dizer, qualquer que seja a protoimpressão, ela é caracterizada, como diz Husserl, por uma “mesma posição temporal absoluta, são ambos agora”. Mesmo que aquilo que é “protoimpressionado” seja materialmente diferente em “n” ocasiões, uma protoimpressão estará sempre na posição absoluta do “agora”. A simultaneidade nada mais é que a colocação de que duas protoimpressões diferentes se dão em uma mesma posição temporal.

Husserl fala em detalhes sobre a protoimpressão: “A protoimpressão tem como conteúdo aquilo que a palavra “agora” significa, contanto que ela seja tomada em sentido estrito. Cada novo agora é o conteúdo de uma nova protoimpressão”. (HUSSERL, 2017, p. 116). Com a retenção e a protensão o mesmo se dá, a retenção está na posição absoluta do passado, e a protensão na posição absoluta do futuro.

Com uma posição absoluta, podemos sempre voltar ao “agora”, posto que a retenção retém a posição em seu devido horizonte. Sabemos que uma fase temporal não pode existir por si só, de modo que protoimpressão, retenção e protensão formam uma trindade em constante dependência uma da outra. A duração de um vivido constantemente muda no fluir da consciência, aparece em diferentes modos, de forma que uma protoimpressão logo passe à retenção e à protensão.

As posições “agora”, “passado” e “futuro”, no entanto, são absolutas, são intenções objetivas. Claro que um vivido notado no “agora” logo passa ao “passado”, trata-se do vivido que muda sua duração na extensão temporal. Quando a retenção nos conecta ao “agora mesmo passado”, um novo “agora” se dá enquanto posição. Na recordação iterativa, ao realizarmos uma reprodução, ela se dá em um novo “agora”, de modo que posso dizer: “Foi naquela hora que comecei a recordar”. “Aquela hora” foi o “agora” do momento. O “agora” ele mesmo, portanto, é sempre o “agora”, uma intenção que permanece inalterada, só assim podemos separar um instante de outro. Já tratamos desse tema quando abordamos a questão da dupla intencionalidade da recordação iterativa.

A segunda citação prossegue exatamente no tema sobre o “agora”. “O agora atual é *um* agora e constitui *uma* posição temporal”. Vários “agoras” podem surgir na vida da consciência, como quando reproduzo “agora”, quando retenho “agora”. Há uma rigidez nesse “agora”, uma intenção objetiva, que permite que eu volte ao exato momento em que se deu. Ele já não é um “agora” se comparado ao instante atual, mas foi à época. Se uma intenção objetiva não fosse constituída, não seria possível retornar, não haveria algo como posicionalidade. Por isso, conclui Husserl, “pertence à essência *a priori* do tempo que ele seja uma continuidade de posições temporais”. Essa é outra das leis que Husserl menciona no parágrafo 33.

Cada “agora” guarda a sua posição, mas, no que tange à duração, o “agora” nada mais é que algo a ser retido e protendido. De fato: “Um agora é sempre e por essência um ponto marginal de uma extensão temporal. E é evidente que toda esta extensão deve retrotrair-se e preservar, com isto, a sua grandeza, a sua inteira individualidade”. (HUSSERL, 2017, p. 119). Ou seja, por essência, um agora é um ponto marginal em uma extensão temporal, mas preserva a sua inteira individualidade, isto é, a sua posição individual relativa a cada momento.

A segunda citação também reafirma a lei de sucessão: “se *a* é anterior a *b*, então *b* é posterior ao *a*”. Com essas leis pudemos ampliar a nossa compreensão sobre o “agora” e a “protoimpressão”, posto que, até então, tínhamos abordado com maior atenção o conceito de recordação, nosso tema reitor. Para haver recordação, entretanto, precisamos do “ponto-fonte da posição temporal em geral”, do “constante jorrar de um agora”. Por outro lado, um “agora” só pode ser visto como tal se retido, e só podemos examinar o que foi retido na reprodução. Uma posição temporal é algo de absoluto, mas só pode ser vista e considerada pelo fato de que a vida da consciência possui um horizonte voltado ao passado e ao futuro, do contrário, como poderíamos falar sobre posicionalidade? A compreensão dessas leis nos mostram a vida do tempo imanente.

Agora, passando ao último assunto de nossa dissertação, o que podemos falar sobre a reflexão? Muito já falamos sobre ela, apesar que por um outro nome. Por que a recordação é basilar para fundar algo como uma reflexão? Tudo isso tem a ver com a possibilidade de examinarmos o que retemos. Podemos encerrar o nosso segundo capítulo com um último passeio pela recordação primária e recordação secundária. Vejamos:

Quando surge um protodado, uma nova fase, a precedente não se perde, mas é “conservada ao alcance da mão” (isto é, precisamente, “retida”) e, graças a esta

retenção, é possível um olhar retrospectivo que fala da fase decorrida de um objeto: quando tenho em minhas mãos a fase decorrida, eu vivo na fase presente, “junto-a” – graças à retenção – à fase passada, e fico dirigido para o adveniente (na protensão). Mas dado que tenho à mão, posso dirigir o olhar para ela através de um novo ato a que se chama reflexão (percepção imanente) ou recordação iterativa. (HUSSERL, 2017, p. 178)

Quer dizer, quando realizamos uma recordação iterativa também estamos refletindo. De fato, é no exame daquilo que retenho que posso então meditar sobre o que sucedeu. Se fôssemos limitados à retenção do “agora mesmo passado”, simplesmente seríamos um depósito de informações relativas ao “agora”, sem poder acessar tais informações. A recordação secundária nos permite um exame demorado daquilo que é retido, podemos meditar, refletir³².

Em uma recordação iterativa, presentificamos aquilo que sucedeu. Esse presentificar não só recoloca os dados, mas nos permite um livre percorrer por eles, um livre olhar pelo “halo de retenções”³³. Aqui podemos relembrar uma citação já feita:

Pelo contrário, a presentificação é qualquer coisa livre, é um livre percorrer; podemos efetuar a presentificação “mais depressa” ou “mais devagar”, distinta e explicitamente ou, então, confusamente, com a rapidez do relâmpago, num só traço, ou em passos articulados etc. (HUSSERL, 2017, p. 95)

A recordação iterativa permite que tenhamos controle sobre as informações retidas, de modo que podemos realizar reflexões de qualquer tipo, apressada, demorada, ordenada, desordenada. Se imaginarmos um cenário em que não tenhamos algo como a recordação iterativa, nada poderíamos refletir, meditar, ver com maior propriedade. Como poderíamos filosofar?

Inspirado por Husserl, formulamos o argumento a seguir. Aquilo que é próprio ao filósofo é a meditação rigorosa em busca de conceitos bem definidos. Uma meditação rigorosa só pode ser realizada na recordação, a ferramenta que possibilita a meditação.

³² Isso muito acontece quando nos fiscalizamos sobre o que falar em determinado contexto. Em primeiro lugar, examinamos todo o contexto, tentando verificar se captamos tudo. Em seguida, então, falamos. A fala passa pelo crivo da reflexão, sendo polida e ordenada para aí, então, ser proferida. Nem toda fala, no entanto, parece passar pelo crivo da reflexão, tendo em vista a capacidade de fugir ao tema.

³³ O contorno também é presentificado, de modo que podemos olhar para ele e buscar novas potencialidades. Toda reflexão tem um fundo, um contorno a ser examinado. Posso, por exemplo, presenciar a queda de uma folha de quaresmeira. Durante a queda, percebo uma luz vibrante refletir na folha, dando-lhe um colorido diferente. Essa luz me chama a atenção, de modo que não foco em mais nada. Ao lembrar dessa situação, acabo por focar nas outras diversas folhas de quaresmeira que estavam no chão. Posso focar, também, no balançar de seus galhos, na dança das folhas em meio ao vento. Todos esses detalhes podem surgir na recordação iterativa, de modo que o contorno sempre apresenta algo novo, como já vimos.

Logo, um filósofo de propriedade é aquele que conhece bem a recordação, a sua ferramenta de trabalho.

A recordação iterativa, ou reflexão, permite a visualização do vasto tecido formado na vida da consciência, contornos de imensa proporção. Sem reflexão, não surfaríamos pelo cosmos do tempo imanente. Tal como um físico que admira o céu e se pergunta sobre as leis do tempo cósmico, um filósofo pode admirar o tecido da consciência e se perguntar sobre as leis do tempo imanente.

Como um vivido perdura na consciência? Como a recordação nos dá pleno acesso à vida da consciência e ao tempo imanente? Perguntas desse tipo nos inquietam e nos levam à reflexão. Refletindo sobre a reflexão, chegamos ao tempo, tópico que demanda profundo rigor. Por que analisar a recordação primária e a secundária? Porque, assim, compreendemos como é possível o nosso pleno acesso às coisas, posto que a duração parece estar em tudo que nos contorna. A análise da recordação é um olhar para nós mesmos, uma forma de entendermos melhor a nossa consciência e como, a partir dela, podemos vivenciar, filosofar, meditar.

Considerações finais

Se a nossa dissertação cumpriu com a tarefa de demonstrar a relevância do tema da recordação para a vida humana como um todo, sentimos-nos satisfeitos. Tal estudo não se resume somente à esfera da filosofia, mas se estende, como é próprio àquilo que sucede, aos meandros de toda a vida humana. A análise de Husserl é rigorosa, cuidadosa e original. Buscamos reproduzir com cuidado as interpretações de Husserl, adicionando, aqui e ali, interpretações nossas, argumentos próprios.

O objetivo geral que traçamos foi o de investigar o conceito de recordação na fenomenologia de Husserl, mostrando o como e o porquê tal conceito é fundamental para o entendimento do projeto husserliano. Para tanto, tratamos da trindade da duração, a protoimpressão, a retenção e a protensão. Vimos, também, aquilo que contorna essas durações, o horizonte temporal. Por fim, entendendo o que é horizonte e como um vivido perdura a partir de algumas leis, chegamos ao cerne da reflexão. Alcançando o terreno da reflexão ela mesma, conseguimos situar a recordação como algo de necessário para a própria filosofia. Mais que uma mera análise conceitual, portanto, vimos como a recordação é essencial para o próprio fazer filosófico.

Como nas *Lições* Husserl ainda não tinha amadurecido o conceito de redução, a fenomenologia empreendida possui maior liberdade no que tange ao uso de exemplos. O próprio Husserl usa imagens como as do giz, do som. Esse recurso permite uma aplicação mais próxima à realidade que nos mantemos, uma sociedade que produz imagens a todo segundo.

Toda lei matemática utiliza variáveis para se manter no terreno do universal, mas as variáveis só estão ali para serem substituídas, trocadas por medidas e valores que dizem respeito à realidade. Não é diferente com as leis lógicas, como as que vimos ao decorrer da dissertação. A lei de sucessão, por exemplo, pode ser melhor entendida se trocarmos A e B por situações reais, pois assim fixamos o seu sentido com mais facilidade, uma vez que não vivemos apartados do mundo, mesmo quando realizamos abstrações.

Buscamos tratar o conceito de recordação como ele realmente deve ser visto, um algo de basilar, fundamental, necessário para manter a consciência tal como conhecemos. Com tamanha função, julgamos o tema como reitor de toda a dissertação. Se não

tivéssemos algo como a retenção, como nos conectaríamos ao presente, ao “agora”? Se a consciência, em seus diversos matizes e níveis, é aquilo que nos faz humanos, quer dizer que, sem algo como a recordação, não seríamos humanos tal como somos. Tamanha é a importância de se estudar a recordação. Infelizmente, não é algo que vemos com frequência. Em verdade, é algo muito raro.

Todo mundo sabe que a consciência é o que nos permite aprender algo com propriedade. O que seria da educação sem a consciência? Será que poderíamos nos educar em algum nível? É a recordação que permite o reter daquilo que foi ensinado. Sem recordação, como guardaríamos informações importantes? Se com essas perguntas e com toda a exposição durante o desenvolvimento conseguimos apontar para o fundamento que é a recordação para as nossas vidas, então a dissertação logrou êxito.

Enquanto seres humanos, estamos no planeta Terra, o mundo que nos acolhe. O tempo imanente é um algo próprio à consciência. A consciência, no entanto, surgiu ao longo de muitos e muitos anos por meio de nosso convívio com o mundo. Somos consciências jogadas no cosmos, no tempo cósmico. Sendo assim, o tempo imanente é um capítulo do tempo cósmico. O que podemos dizer sobre o segundo a partir do primeiro? Cremos que uma análise detida do tempo imanente possa nos revelar muitos dos mistérios do tempo cósmico. Bom, mas aí já é uma alçada para os físicos, ou será que só os filósofos podem empreender tal tarefa?

Podemos elencar alguns pontos que não foram tratados em nossa dissertação. Uma outra parte fundamental nas *Lições* é aquela em que Husserl trata do fluxo absoluto do tempo, como ele é constituído. Há uma interessante relação desse fluxo para com a recordação, mas tratar desse tópico alongaria por demais o nosso texto, podendo, também, escapar um pouco à concentração necessária para esmiuçarmos o conceito de recordação. O que se constituiu como mais importante para nós foi o apontamento de que a recordação é essencial para nós, para a consciência como conhecemos. O problema do fluxo absoluto ficará para uma outra oportunidade. Um outro problema é o do esquecimento, não mencionado por Husserl nas *Lições*. Um trabalho mais detido sobre o esquecimento e a sua relação com o horizonte temporal também ficará para uma outra oportunidade.

Referências bibliográficas:

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

DERRIDA, Jacques. **A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1994.

FERNANDES, Marcos Aurélio. **À clareira do ser: da fenomenologia da intencionalidade à abertura da existência**. Rio de Janeiro: Daimon Editora, 2011.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas. Segundo volume, Parte I. Investigações para a Fenomenologia e a Teoria do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2015.

_____. **Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2017.

_____. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

_____. **A ideia da fenomenologia. Cinco lições**. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

_____. **Analyses concerning passive and active synthesis. Lectures on transcendental logic**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2001.

_____. **Analysen zur passiven Synthesis: Aus Vorlesungs – und Forschungsmanuskripten**. Nijhoff, Den Haag, 1918-1926.

_____. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental. Uma introdução à filosofia fenomenológica**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012.

_____. **Meditações cartesianas e Conferências de Paris**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à fenomenologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

STEIN, Edith. **Textos sobre Husserl e Tomás de Aquino**. São Paulo: Paulus, 2019.

THOMÉ, Scheila Cristiane. **Temporalidade e constituição: uma investigação acerca do nosso acesso metodológico à esfera da consciência constitutiva do tempo na fenomenologia husserliana.** Tese (Doutorado em filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Metodologia das Ciências da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

_____. **Subjetividade e tempo na fenomenologia husserliana.** Dissertação (Mestrado em filosofia) - Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná, 2008.

ZAHAVI, Dan. **A fenomenologia de Husserl.** Rio de Janeiro: Via Verita, 2015.